

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

LUTHIANE PISONI GODOY

**O MEU BISO PASSOU PRO VÔ, O VÔ PASSOU PRO PAI E NO CASO O PAI
PASSARIA PRA NÓS: A SUCESSÃO RURAL E A SAÚDE MENTAL DE JOVENS
NO PROCESSO SUCESSÓRIO**

PORTO ALEGRE

2019

LUTHIANE PISONI GODOY

**O MEU BISO PASSOU PRO VÔ, O VÔ PASSOU PRO PAI E NO CASO O PAI
PASSARIA PRA NÓS: A SUCESSÃO RURAL E A SAÚDE MENTAL DE JOVENS
NO PROCESSO SUCESSÓRIO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Linha de Pesquisa: Territorialidades, Bem-viver, Alimentação e Saúde.

Orientadora: Prof. Dra. Deise Lisboa Riquinho.

PORTO ALEGRE

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Godoy, Luthiane Pisoni

O meu biso passou pro vô, o vô passou pro pai e no caso o pai passaria pra nós: a sucessão rural e a saúde mental de jovens no processo sucessório / Luthiane Pisoni Godoy. -- 2019.

77 f.

Orientadora: Deise Lisboa Riquinho.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Sucessão familiar. 2. Saúde mental. 3. Juventude rural. 4. Psicodrama. I. Riquinho, Deise Lisboa, orient. II. Título.

LUTHIANE PISONI GODOY

**O MEU BISO PASSOU PRO VÔ, O VÔ PASSOU PRO PAI E NO CASO O PAI
PASSARIA PRA NÓS: A SUCESSÃO RURAL E A SAÚDE MENTAL DE JOVENS
NO PROCESSO SUCESSÓRIO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.
Linha de Pesquisa: Territorialidades, Bem-viver, Alimentação e Saúde.

Aprovado em: Porto Alegre, 28 de junho de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Deise Lisboa Riquinho - Orientadora

UFRGS

Prof. Dra. Oriana Hadler

UFRGS

Prof. Dra. Fabiana Thomé da Cruz

UFRGS

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a compreender as concepções sobre a sucessão familiar de jovens que vivem no meio rural e os fatores de sofrimento mental que esse processo envolve, na região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul. O tema da juventude no meio rural é muito discutido, porém, se percebe uma evidência maior em temas econômicos e propriedade de terras. Esta pesquisa buscou direcionar o olhar sobre as motivações de sair ou ficar no campo, discutir questões relacionadas às vivências e desempenho de papéis dos jovens no processo de sucessão familiar, compreendendo as semelhanças, diferenças e transversalidades que perpassam a vida dos jovens que se encontram nesse processo. Esse contexto, aliado às questões decisórias, de relações sociais e familiares, pode acarretar em sofrimento mental tanto para os jovens como para os familiares que permanecerão no rural. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, do tipo exploratória. Este modo de pesquisa refere-se à compreensão do acontecimento a ser pesquisado, preocupa-se com a dinâmica das relações sociais e com significações, crenças, valores, sentimentos, motivações e atitudes, itens correspondentes a um nível profundo das relações, dos fenômenos e de seus processos. O local de estudo foram as cidades de Porto Mauá, Horizontina e Tuparendi. A população em estudo foi composta de jovens de 15 a 24 anos, entrevistaram-se 28 jovens por amostragem intencional. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, sendo a análise de conteúdo do tipo temática. Os resultados foram analisados teoricamente sob a luz da teoria do Psicodrama, linha teórica da Psicologia. As categorias evidenciadas foram: a) Modos de vida: atividades, rotina e influência; b) Sucessão familiar; c) Sentimentos sobre a decisão de ficar ou sair e; d) Os papéis femininos envolvidos na sucessão. Os resultados obtidos geraram algumas provocações e conclusões, primeiro, que o entendimento sobre sucessão auxilia a entender o processo e como passar por ele. Também, compreendeu-se que o diálogo e a possibilidade de abertura da família contribuem para a saúde mental dos jovens. Junto a isto, observou-se que, a matriz de identidade e sociocultural possui grande influência nas decisões a serem tomadas pelos jovens. E, que o desenvolvimento rural precisa dedicar olhares às famílias e saúde mental dos jovens sucessores. Ficou evidente no estudo que poucos jovens possuem espaço para falar de seus sentimentos sobre a sucessão com os pais. Assim, esta pesquisa permitiu apresentar um novo olhar sobre a sucessão familiar. Destacando a discussão de um tema como a saúde mental dentro do desenvolvimento rural como pertinente. A sucessão familiar diz de, principalmente, relação familiar, abertura de vias de diálogo e discussão, expressão de sentimentos, assim sendo, de saúde mental. Conclui-se, destacando a importância da incorporação de um olhar bipsicossocial, para ampliar a visão da sucessão familiar e do momento de decisão do jovem do campo.

Palavras-chave: Sucessão familiar. Saúde mental. Juventude rural. Psicodrama.

ABSTRACT

This research proposes to understand the conceptions about the family succession of young people living in rural areas and the factors of mental distress that this process involves, in the Northwest frontier region of Rio Grande do Sul. The theme of youth in rural areas is much discussed, but perceives a greater evidence on economic issues and land ownership. This research tried to direct the perspective on the motivations of leaving or staying in the field, discussing issues related to the experiences and performance of roles of young people in the process of family succession, understanding similarities, differences and transversality that permeate the lives of young people who are in this process. This context, allied to the decision issues, social relations and family, can cause mental suffering for young people and family members who will stay in countryside. The research was characterized as qualitative, of the exploratory type. This mode of research refers to the understanding of the event to be searched, is concerned with the dynamics of social relations and with meanings, beliefs, values, feelings, motivations and attitudes, items corresponding to a profound level of relations, phenomena and their processes. The city of the study was Porto Mauá, Horizontina and Tuparendi. The study population consisted of young people between 15 to 24 years, interviewed 28 young people by intentional sampling. The data collecting occurred through semi-structured interviews, and the content analysis of the thematic type. The results were analyzed theoretically by the theory of psychodrama, theoretical line of psychology. The categories evidenced were: a) ways of life: activities, routine and influence; b) Family succession; c) Feelings about the decision to stay or leave and; d) The feminine roles involved in the succession. The results generated some provocations and conclusions, first, that understanding about succession helps to understand the process and how to pass through it. Also, it was understood that dialogue and the possibility of opening up the family contribute to the mental health of young people. Next to this, it was observed that the identity matrix and sociocultural has a great influence on the decisions to be made by young people. And, that rural development needs to devote views to the families and mental health of young successors. It was evident in the study that few young people have space to talk about their feelings about succession with parents. This research allowed to present a new view on the family succession. Detected the discussion of a topic as mental health within rural development as pertinent. The family succession says, mainly, family relationship, opening of dialogue and discussion, expression of feelings, mental health. It is concluded that the importance of incorporating a biopsychosocial look, to amplify the vision of the family succession and the moment of decision of the young of the field.

Keywords: Family succession. Mental health. Rural youth. Psychodrama.

LISTA DE SIGLAS

AREDE	Associação Regional de Desenvolvimento Pesquisa e Educação
BM	Banco Mundial
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
CNS	Conselho Nacional de Saúde
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
JAC	Juventude Agrária Católica
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
ONU	Organização das Nações Unidas
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	OBJETIVO GERAL	11
1.2	ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO.....	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	O DESENVOLVIMENTO RURAL NA PERSPECTIVA DOS JOVENS RURAIS	12
2.2	SUCESSÃO FAMILIAR E A JUVENTUDE RURAL.....	16
2.3	O PROCESSO SUCESSÓRIO E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE MENTAL... ..	21
3	CAMINHO METODOLÓGICO	24
3.1	TIPO DE ESTUDO	24
3.2	LOCAL DE ESTUDO	25
3.3	PARTICIPANTES DO ESTUDO.....	27
3.4	GERAÇÃO DE DADOS	27
3.5	ANÁLISE DE DADOS	28
3.6	ASPECTOS BIOÉTICOS	30
3.7	DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA DE CAMPO.....	31
4	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS	32
4.1	CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	32
4.2	MODOS DE VIDA: ATIVIDADES, ROTINA E INFLUÊNCIA	33
4.3	SUCESSÃO FAMILIAR	42
4.4	SENTIMENTOS SOBRE A DECISÃO DE FICAR OU SAIR.....	49
4.5	OS PAPÉIS FEMININOS ENVOLVIDOS NA SUCESSÃO	59
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS	72
	APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS	77

1 INTRODUÇÃO

O mundo rural é permeado por inúmeras faces de estudo: econômicas, ambientais, alimentares, sociais, entre outras. Protagoniza mudanças diversas ao longo dos anos, num horizonte de imprevisibilidades e modificações em seus aspectos de estudos e práticas. Dadas essas circunstâncias e, a gama de caminhos a serem estudados, esses aspectos devem ser entendidos como um todo, com bases e peculiaridades de trabalho e formação, e que, em um ambiente como o meio rural e seus sujeitos, estão imbricados e entrelaçados, fazendo parte de uma comunidade, uma propriedade, uma família, um jovem. O estudo interdisciplinar das faces do rural implica em desvelar o velado, em levar em consideração todos os aspectos, no seu conjunto, e o quanto cada um implica no desenvolvimento dos sujeitos. Descrever o rural é descrever as pessoas que ali vivem, que ali se identificam e desenvolvem-se, tomam suas decisões, relacionam-se. O ser humano é um ser social, influencia e é influenciado pelo meio em que vive e pelas relações que estabelece. A partir dessas concepções, este trabalho aprofunda o estudo sobre os sujeitos jovens que vivem no meio rural.

Esta dissertação possui o tema base caracterizado por: Juventude e meio rural - concepções acerca das motivações de sair ou ficar no campo, busca discutir questões relacionadas às vivências e desempenho de papéis dos jovens no processo de sucessão familiar, compreendendo as semelhanças e diferenças e transversalidades que perpassam a vida dos jovens que encontram-se nesse processo. Esse contexto, aliado às questões decisórias, de relações sociais e familiares, pode acarretar em sofrimento mental tanto para os jovens como para os familiares que permanecerão no rural. Com este estudo pretende-se fomentar a pesquisa interdisciplinar e a possibilidade de inserir no meio rural o entendimento sobre as subjetividades e sofrimento mental dos sujeitos que ali residem.

A idealização do tema e do local da realização desta dissertação parte de uma pesquisa ocorrida durante a graduação em Psicologia, em que foi possível entender que a maior parte dos jovens entrevistados apresentava vontade de sair do meio rural, porém, observou-se uma dualidade quanto a seguir suas próprias vontades ou aceitar o desejo dos pais. Neste contexto, observou-se a influência da cultura patriarcal, onde a palavra do pai era a mais considerada e a decisão do mesmo, acatada. A pesquisa ainda apontou a dúvida que os jovens têm sobre permanecer ou sair do meio rural, os que optam por ficar prosseguem o fazer dos pais, no manejo da terra e auxiliando na administração da propriedade. Aqueles que apresentaram o

desejo de sair, o faziam no intuito de buscar melhores condições para estudar, movidos pelo desejo de trabalhar e, assim, desfrutar das facilidades que a cidade oferece.

Tal perspectiva adotada para a construção desta dissertação advém da dicotomia presente no imaginário social do rural versus urbano, o primeiro tendo o atraso como sinônimo. Já as cidades, contrariamente, são modernas e atraem naturalmente os jovens. Desta forma é que comumente constrói-se um ideal de que permanecer no campo é destino daqueles que não tiveram uma oportunidade melhor, de migração, apresentando insucesso nos estudos ou que são menos capacitados para essa tomada de decisão. O êxodo é banalizado e naturalizado, reduzir a população rural é o mesmo que progredir (SILVA; BOTELHO, 2016).

Brumer (2007) descreve como consequência do êxodo a masculinização e o envelhecimento do campo. De 1970 até 2010, segundo dados do Censo Populacional (BRUMER, 2007¹ *apud* IBGE, 2011), o número de jovens com até 29 anos residindo no meio rural brasileiro reduziu em 43,3% entre as jovens mulheres e um pouco mais 46,3% entre os jovens homens. Conseqüentemente, uma das modificações no rural foi o acréscimo no número de idosos, com um aumento no número de pessoas acima de 60 anos equivalente a mais de 51,9% do total da população rural. Essa masculinização, aliada ao envelhecimento da população acaba privando o convívio dos jovens com a sua geração anterior, a perda do contato pode desencadear nesse jovem uma crise identitária, falta de reconhecimento de si e do seu lugar de origem.

Outra modificação que merece destaque é em relação às unidades produtivas. Muitas delas foram transformadas em sítios de lazer, ou tomadas por empresas, ocasionando a extinção das propriedades de produção familiar que poderiam gerar oportunidade de renda e segmento da agricultura familiar. Neste contexto, o jovem passa a vivenciar a tensão envolvendo a transitoriedade e a continuidade. Estas tensões e mudanças nas unidades produtivas podem gerar danos à saúde mental dos jovens e, em um contexto de estigma e uma cultura patriarcal, o sofrimento mental pode ser desconsiderado (TEIXEIRA; LORENZZON, 2015).

A juventude rural e o processo sucessório tendem a ser discutidos por meio da exposição do papel que o jovem desempenha na continuidade da agricultura (ABRAMOVAY, 1998). Abramovay (1998) apresenta que, no meio rural, a profissionalização dos jovens ocorre além da compreensão e desenvolvimento de um ofício –

¹ BRUMER, A. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. In: **Congresso da International Rural Sociology Association (Irsa)**, 10. Rio de Janeiro, 2007.

o de agricultor – mas envolve gestão de patrimônio, decisões sobre plantio e colheita, bem como a condução do capital da propriedade.

Esses aspectos são chamados de biopsíquicos, por envolverem fatores mentais e físicos. A profissionalização, o processo sucessório e as relações sociais e familiares do jovem desenvolvem uma carga mental e uma carga de trabalho (POLETTO *et al.*, 2008). Dejours (1994) aponta que esses fatores podem favorecer tanto a saúde mental, quanto a doença. Isso se afirma ao analisarmos que o corpo humano é gerador de energia vital e, em situações onde a carga de trabalho e a carga mental não são manobradas, ou seja, uma delas ou as duas estejam em sobrecarga, poderá levar o sujeito ao adoecimento e sofrimento físico e, principalmente, mental.

Percebe-se o jovem rural sendo tratado enquanto categoria social, ou seja, somente rotulado enquanto jovem, não sendo sujeito de suas decisões, não percebido como ator ou foco de atuações diretas de políticas públicas. Brumer (2007) explica a migração da juventude rural a partir da rejeição, tal rejeição perpassa não somente a atividade agrícola, mas também um lugar no qual o jovem não se identifica. As representações que o jovem cria, resultam de uma socialização *míope*, a qual, estando no meio rural, não consegue enxergar oportunidades de ali permanecer. Isto, justamente por terem acompanhado o desenvolvimento da profissão dos próprios pais, numa perspectiva pessimista (BRUMER, 2007).

Estudos que abordam a juventude e suas relações/dinâmicas passaram a integrar a produção acadêmica por volta dos anos 1990. Dotto (2011) ilustra a migração da juventude em um estudo onde foram entrevistados dois grupos de jovens, os que permaneceram e os que saíram do campo. Os resultados indicaram jovens que estimam e apreciam o meio rural, mesmo dentre os que não permaneceram. A renda familiar, maior conforto e a posse de bens foram aspectos considerados importantes para sair da propriedade dos pais.

Outro exemplo é a pesquisa de Dalcin e Troian (2009) realizada na cidade de Santa Rosa, região Fronteira Noroeste, que analisou a importância de políticas públicas na permanência dos jovens no rural, os resultados afirmaram a tendência dos jovens em buscar e desenvolver seu futuro no meio urbano, mesmo estando cientes das dificuldades que encontrariam em lá permanecer. Os autores observaram nestes resultados a insuficiência de políticas públicas para fixar os jovens no rural.

Para Carneiro e Castro (2007) nos estudos que enfocam a juventude rural dois temas são recorrentes:

A tendência emigratória dos jovens, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia; e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração (CARNEIRO; CASTRO, 2007, p. 36).

Esses dois aspectos são de extrema importância para a compreensão dos fatores atrativos e repulsivos dos jovens no meio rural. Em um estudo realizado por Biasus e Bianco (2013) na sub região do Alto Uruguai, localizada na região da Fronteira Noroeste, a partir de uma análise qualitativa de evocação de palavras, os conteúdos expressados pelos jovens acerca das representações sociais do meio rural e urbano evidenciavam preocupações com o futuro, apresentando certezas em relação ao meio urbano e incertezas para o meio rural. Nesses aspectos analisados pelos autores, muito das relações familiares, relações sociais e modos de vida estavam em convergência. A família apresenta uma função simbólica importante na vida do jovem, este tende a se adequar ao rural ou ao urbano dependendo da maneira com a qual a família internaliza esses dois locais na sua vida (CARNEIRO; CASTRO, 2007).

Em pesquisa sobre o futuro dos jovens rurais no oeste catarinense, Brumer (2007) apontou que 88% dos rapazes entrevistados e 60,9% das moças indicaram o campo como alternativa para estabelecer moradia. Abramovay (1998) constatou que 64,52% dos rapazes têm na permanência na agricultura seu futuro provável e desejável; e em relação às moças, apenas 25% deram a mesma resposta. Esses dados significam a masculinização do campo, a maioria das mulheres sai e não vê futuro desejável e/ou provável na agricultura.

Matte e Machado (2016), ao realizarem uma revisão teórica sobre os principais estudos em relação à sucessão familiar, compreendem sucessão por: transferência do gerenciamento e controle do patrimônio e gestão da propriedade aos filhos sucessores e/ou a geração posterior. Uma definição, a partir de Woortmann (1995), aponta que a continuidade do projeto familiar, a reprodução da propriedade e manutenção do nome da família encontram-se relacionadas diretamente na presença de um sucessor. A sucessão, portanto, tende a assegurar a sequência das funções sociais e produtivas das propriedades e comunidades rurais.

Desta maneira compreende-se que a sucessão rural é o principal modo de entrada e continuidade da agricultura familiar. Isso é compreendido por meio da passagem do patrimônio e gestão do estabelecimento familiar, juntamente a seletividade de um ou outro sucessor, garantindo a continuidade e criação de novas propriedades de agricultores familiares por mais gerações (MELLO *et al.*, 2003).

Diante do panorama apresentado formularam-se as seguintes questões de pesquisa: *Quais as concepções sobre a sucessão familiar de jovens que vivem no meio rural na região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul? Quais as repercussões do processo sucessório para saúde mental dos jovens?*

Estes pontos traçados e apontados apresentam um pressuposto teórico de que o êxodo rural, o desinteresse e falta de incentivo para os jovens permanecerem no campo é uma realidade. Os jovens rurais deixam a propriedade familiar para buscarem melhores condições nas cidades. O processo de tomada de decisão, por sua vez, pode causar danos à saúde mental dos jovens. Assim, esta pesquisa se propôs a entender e analisar os modos de vida de cada jovem relacionado às suas vivências, sua identidade, suas questões psíquicas em relação ao meio onde vivem, seu desenvolvimento e sua perspectiva de vida, ou seja, suas concepções do presente e futuro no meio rural. Esses aspectos dão base para o entendimento dos fatores biopsicossociais que permeiam a vida dos sujeitos, deste modo, facilitando o entendimento do sofrimento mental da população pesquisada.

1.1 OBJETIVO GERAL

Compreender as concepções sobre a sucessão familiar de jovens que vivem no meio rural e os fatores de sofrimento mental que esse processo envolve, na região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul.

1.2 ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO

Estruturalmente, a presente dissertação está organizada em quatro capítulos, exceto as considerações finais. No capítulo a seguir, apresenta-se o referencial teórico, onde serão abordados temas sobre desenvolvimento rural e jovens rurais, sucessão familiar e juventude e, o processo sucessório e sua relação com a saúde mental. A seção seguinte trata do caminho metodológico e seus aspectos, que embasaram a realização do estudo, desde seu desenho metodológico até a descrição do desenvolvimento da pesquisa de campo. O quarto capítulo apresenta os resultados, caracterizando os participantes, discutindo as categorias elencadas a partir das entrevistas realizadas, **modos de vida, sucessão familiar e sentimentos sobre a decisão e relações de gênero.**

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta revisão é composta por três subcapítulos, sendo eles o **desenvolvimento rural na perspectiva dos jovens rurais**, aspectos da juventude rural, bem como as políticas públicas; **sucessão familiar e juventude rural e processo sucessório e sua relação com a saúde mental**, enfatizando a discussão sobre saúde mental no meio rural e sua relação com a mudança de papéis dos jovens no processo sucessório.

2.1 O DESENVOLVIMENTO RURAL NA PERSPECTIVA DOS JOVENS RURAIS

Nos últimos anos a juventude rural vem tomando um papel muito importante no processo de sucessão familiar e de continuidade da produção dos pais. Esse tema dentro do desenvolvimento rural é bastante pesquisado, porém é pouco contemplado quando envolve seus aspectos psicossociais, culturais e relacionais. Muito se estuda sobre o papel econômico (SCHNEIDER, 2005; WEISHEIMER, 2011) sobre o jovem rural enquanto produtor de capital, porém é preciso que um olhar mais humano seja também priorizado, que os estudos realizados sejam para, de e com os jovens.

Wanderley (2009) aponta que, até então, a agricultura está deixando de ser um fator de povoamento, mas que há uma possibilidade de uma nova vitalidade social, que é capaz de atrair a juventude e oferecer espaços, ocasiões e oportunidades de lazer, socialização e alternativas profissionais locais. Castro (2009) aponta que ficar e sair do campo são processos complexos e implica na análise da juventude rural enquanto categoria social chave e, como tal, pressionada e motivada pelas mudanças e crises de realidade urbana e rural. Sendo assim, ser jovem no campo é um desafio que propõe o enfrentamento de questões antigas, como a autoridade paterna e a falta de políticas públicas.

Conforme Barcellos (2014), apesar dessa realidade difícil a juventude é caracterizada como atores importantes, que possuem um papel fundamental no desenvolvimento de políticas sociais no Brasil e, principalmente, como sujeito de direitos. O foco de políticas para a juventude é recente e vem se intensificando, isso porque a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) propôs ações sobre os temas de educação, violência, trabalho e cidadania. O Programa de Ação Mundial para a Juventude, da Organização das Nações Unidas (ONU), possibilitou que se discutisse a autonomização da juventude, sendo esse grupo então, um público alvo das políticas, também, o Banco Mundial

(BM) adotou esses ideais. A partir disso é que em nível internacional e nacional essa temática relacionada a juventude começou a ser visibilizada e tendo em suas pautas o acesso a condições melhores de desenvolvimento (BARCELLOS, 2014).

Ao associar a juventude e luta por direitos, Bourdieu (1983) afirma que essa categoria é constituída de interesses comuns, que podem por vezes velar muitos conflitos de gerações, sistemas de aspirações, projeções e desejos de outrem sobre si mesmos. Todos esses aspectos influenciam não somente na formulação das políticas para a juventude rural, mas também na aplicação das mesmas e na constituição dos grupos nos quais a juventude se insere.

Castro (2009) afirma que a juventude de forma geral, não apenas os jovens rurais associam-se a determinados termos como: transformadora, questionadora, vanguardista. Esses termos dão a entender que a juventude tende a ser agente de uma transformação social, porém, também é associada com violência, comportamentos desviantes e delinquência. Todas essas concepções aproximam o jovem de ser uma categoria pré-construída, que detém características e atributos. Deste modo é que, historicamente, segundo Barcellos (2014), as ações voltadas para o atendimento de jovens visava principalmente tirá-los das ruas, nos anos 1950 quando isso era recorrente, e internando-os em instituições de correção, que serviam para aplicar a disciplina do trabalho.

Até esse período histórico destacam-se dois componentes para pensar os processos constitutivos das políticas públicas para a juventude no Brasil atualmente, que são: as ações e políticas direcionadas às crianças e jovens que são vinculadas à repressão, prevenção e correção associadas a medidas educativas e de trabalho; e o fato de que as políticas sociais para criança e jovens historicamente não têm apenas uma origem estatal, pois foram durante muito tempo atribuído às Igrejas, comunidades, ou instituições de filantropia privada (BARCELLOS, 2014, p.48).

No país a juventude rural organizada tem uma identidade religiosa e política, na década de 1940 organizava-se como Juventude Agrária Católica (JAC), tendo ações no Nordeste e Sul do Brasil, ampliando-se nacionalmente. Esses acontecimentos fizeram com que a juventude fosse tratada com relevância, isso porque esse campo de reflexão apontou dados sobre a realidade desse grupo, sobre o êxodo rural, falta de condições de subsistência, envelhecimento e sucessão rural. O debate seguiu-se amplamente e, no ano de 2005 foi criada a Secretaria Nacional da Juventude (SNC), que elabora, propõe e discute políticas públicas direcionadas aos jovens no Brasil, propondo que possam representa-los nacional e internacionalmente. Com essa secretaria ocorreu a criação do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), juntamente com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Pro Jovem) (BARCELLOS, 2014). Também, o Programa de Fortalecimento da Agricultura

Familiar (PRONAF), por meio do “PRONAF jovem” destinado ao financiamento de investimentos para jovens agricultores e agricultoras e o programa Arca das Letras, que leva às comunidades rurais, pequenas bibliotecas, facilitando o acesso à leitura e ao conhecimento. Estes programas estão todos vinculados ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, MDA, 2010a).

Junto a esse processo, estava ocorrendo a mobilização do grupo social da juventude rural, que além de estar sendo refletida em toda a sociedade, também atinge o Estado e, conseqüentemente as políticas públicas. Além desses espaços, no âmbito do governo federal, foram construídas ações, políticas e programas direcionados para a juventude, como o Pronaf Jovem e o PNCF-NPT, os Comitês de Juventude nos Territórios Rurais da Cidadania, ações internacionais no âmbito do MERCOSUL, como a Reunião Especializada de Jovens (REJ) e a Agricultura Familiar (REAF) e, mais recentemente, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) (BARCELLOS, 2014, p.26).

Os estudos acadêmicos sobre as questões políticas em torno da juventude tiveram início a partir de 1977. No Brasil, conforme Rua (1998; apud Barcellos, 2014) há uma revisão em torno das políticas para a juventude na década de 90, analisando como a juventude passa a ser beneficiada pelas políticas sociais. Isso afirma que o maior número de políticas que tem como foco a juventude é destinado ao meio urbano.

Pela perspectiva da representação política de Bourdieu é que se pode entender os atores dentro dos espaços de participação e ação social e a construção de políticas públicas para a juventude rural. Os atores, dentro deste campo, detêm forças relativas que definem sua posição no mundo e, a partir disso, constroem-se estratégias e maneiras de luta e reivindicação (BOURDIEU, 1983). Ainda segundo Bourdieu (1983), o jogo político pode ser interpretado como uma interpolação de resistências que mostra que os atores dentro desses espaços de decisão podem dialogar entre si e com outros, implicando assim em participações produtivas, neste caso, os jovens sendo os próprios autores e atores das políticas públicas direcionadas a sua categoria.

As políticas públicas dos últimos anos, descritas por Silva e Botelho (2016) apresentam alguns projetos de políticas públicas, como o Pronaf, Crédito Fundiário, ProJovem Campo, PAA/PNAE, Pronat, Programa Jovem Cidadão/FETAG, Consórcio Social da Juventude Rural, entre outras. Estas políticas correspondem a, por exemplo, 29% de sucesso de implementação, assim como são 34% o número de efetivação de programas de crédito e acesso à terra. Os autores apontam que as políticas citadas representam melhorias para os jovens e suas famílias no meio rural. Porém, o número de jovens que deixa o espaço rural procurando condições de vida e trabalhos melhores é um sinal de que há muitas

limitações na construção e implementação de políticas efetivas que precisam ser superadas (SILVA; BOTELHO, 2016). Importante ressaltar também o quanto as políticas públicas para a juventude rural tendem a influenciar os jovens em permanecer ou não no campo. Para além da decisão de sair, a partir do momento em que se criam facilidades e oportunidades para a produção na agricultura e os jovens são ouvidos e vistos, é possível entender que os mesmos sintam-se acolhidos e identificados com o meio rural e permaneçam no campo.

Conforme Barcellos (2014) um fato que pode ser considerado comum no Brasil é a migração do meio rural para as cidades, que se associa constantemente aos jovens rurais. Dessa forma é que as questões de ficar ou sair do meio rural mobilizam muitos estudos e discussões, sejam práticas ou teóricas, buscando tratar de questões que vão além da migração, mas que tratam de um processo social, de desenvolvimento do sujeito e do entendimento de suas relações.

Uma ação eficaz do Estado nas políticas públicas para jovens, aliado à organização dos movimentos sociais, tende a criar condições necessárias para que os jovens permaneçam ou, aqueles que já saíram, possam retornar, encontrando no campo condições favoráveis para o seu desenvolvimento e reprodução (SILVA; BOTELHO, 2016). Isso é ressaltado, pois, no momento em que ocorre a saída dos jovens do campo, os vínculos gerados na família são findados ou mesmo afastados.

Outra característica da juventude rural apontada por Panno e Machado (2014) é a busca da tecnologia e da informação. As mudanças globais, as novas tecnologias e a globalização tendem a defrontar os jovens com um mundo de atrativos que por vezes está longe da localidade onde residem. Este cenário, cada vez mais urbanizado, tende a gerar também a modernização da agricultura e, conseqüentemente, a migração já citada desses jovens, que buscam os benefícios e as condições facilitadas do meio urbano. Esta pesquisa afirmou ainda que há uma carência de incentivo ao empreendedorismo rural, que possibilite a profissionalização e a prospecção da renda dos jovens. Agregado a isto, a qualidade de vida dos jovens que residem no meio rural e o interesse sucessório decaem, prejudicando assim o desenvolvimento rural.

Staduto, Souza e Nascimento (2015) apresentam o conceito de desenvolvimento rural enquanto uma definição que está em constante transformação e elaboração. O conceito distancia-se de um preceito unidimensional, focado apenas no crescimento e desenvolvimento econômico e, aliando-se às relações, justiça sociais, participações políticas e desenvolvimento humano. Os autores entendem que “os avanços reais não serão alcançados caso qualquer grupo populacional não puder ser participante do processo de desenvolvimento

e desfrutar da qualidade de vida que os recursos tangíveis e intangíveis possam oferecer para a sociedade” (STADUTO, SOUZA; NASCIMENTO, 2015, p.01).

Desta maneira, o conceito apresentado pelos autores passa a dialogar com a perspectiva da sucessão familiar apresentada, justamente por compreender questões sociais, políticas e de desenvolvimento humano, desassociando-se somente das questões econômicas e renda per capita. O interesse na realização de estudos que compreendam o processo sucessório e sua relação com os papéis desempenhados pelos jovens encontra-se na importância da agricultura e perpetuação das propriedades familiares para o desenvolvimento rural, principalmente em regiões, como no caso do noroeste, onde a agricultura familiar é, praticamente, a base econômica.

Conforme Abramovay (1998) a agricultura familiar é detentora de boa parte da produção de subsistência, da geração de empregos, manutenção de relações dos indivíduos com a terra, bem como a preservação do meio ambiente. Conforme Spanevello (2008), a temática do desenvolvimento alerta sobre consequências das incertezas da sucessão familiar. Segundo a autora:

Essas incertezas são semeadas pelas próprias mudanças estruturais no meio rural (produtivas, econômicas, sociais) e pelo encurtamento das distâncias entre o rural e o urbano, que modificam as relações referentes às famílias e ao seu modo de produzir e à permanência dos filhos na agricultura (SPANVELLO, 2008, p.18).

O entendimento sobre as concepções que os jovens possuem sobre o meio rural é uma possibilidade de construção ou reconstrução de incentivos para que os jovens prossigam a ocupação dos pais. Ao realizar o desvelamento e análise dessas concepções, compreendendo os papéis desempenhados pelos jovens, o desenvolvimento está implicado constantemente, pois se descola de um conceito somente agrário e econômico, para um local de espaço de vida e de relações.

2.2 SUCESSÃO FAMILIAR E A JUVENTUDE RURAL

Para iniciar uma discussão acerca da juventude rural, se faz necessário definir o próprio meio rural. Conforme Wanderley (2001) o meio rural é um espaço físico diferenciado, um lugar de vida com particularidades, que possui referências identitárias e modos de ver o mundo daquele ponto onde se vive.

A definição de agricultura é considerada neste momento para que se possa ter uma noção do quão implicada a família é nas atividades laborais no campo. Para Spanevello (2008, p. 22):

A agricultura é uma ocupação que busca assegurar a continuidade do patrimônio da família através da transmissão aos seus descendentes. A lógica da sucessão baseia-se na necessidade de manter o patrimônio familiar representado pela terra. Para manter assegurada essa lógica, os agricultores buscam entre seus filhos um sucessor para o seu patrimônio. Nesse sentido, além de ter sucessor é preciso levar em conta o encaminhamento do estabelecimento aos filhos e a forma de transmissão do patrimônio.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, MDS, 2010a) a agricultura familiar é um modo de produção no qual impera a relação entre a gestão e o trabalho. O agricultor comanda a produção, utiliza o trabalho familiar para complementar ou substituir o trabalho assalariado (PANNO; MACHADO, 2014). A agricultura também deve ser vista, segundo Schneider (2009) enquanto pluriativa, não descaracterizando a agricultura familiar, mas possibilitando a inclusão de atividades externas desempenhadas, como por exemplo, o trabalho em cooperativas da comunidade, no comércio e/ou feiras, bem como a criação de animais.

De acordo com o IBGE, as atividades em pequenas propriedades no Brasil correspondem a 77% dos produtores rurais e gera mais de 12 milhões de empregos. Possuem apenas 20% de terras e são responsáveis por 30% da produção nacional. Os números mostram que a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural está alicerçada na capacidade de absorção de mão de obra e de geração de renda no campo, tornando-se um meio eficiente de redução do êxodo rural (BRIXIUS; AGUIAR; MORAES, 2006¹ *apud* PANNO; MACHADO, 2014, p.11).

Desta maneira, a contribuição da agricultura familiar é expansiva, compreende e discute além das questões econômicas, as sociais. Para Chayanov (1981), dentro da teoria econômica camponesa, a reprodução social dos estabelecimentos familiares ocorre por meio de uma relação onde se equilibram o trabalho, a produção e o consumo, entre os produtores e seus consumidores. Assim, a família busca esforçar-se para suprir as necessidades dos seus membros, a partir de condições econômicas e da capacidade de trabalho de cada um, segundo o autor, condições reais. São traduzidas como questões econômicas que não incluem a preocupação simbólica/sentimental da reprodução social.

Ao analisar a as dinâmicas familiares e relacionais, analisa-se o rural enquanto um espaço vivencial com inferências do cuidado e da saúde. As interações sociais e os papéis desempenhados pelos jovens, bem como o processo sucessório, pode ser adoeedor se tratado dessa forma. A partir do desenvolvimento da sociedade por meio do reconhecimento da saúde,

¹ BRIXIUS, L; AGUIAR, R; MORAES, V. A. A força da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. *Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável*. 1/3. Set/dez. 2006.

neste caso, a saúde mental, é possível que aquilo que cause sofrimento possa ser tratado e/ou prevenido.

Wanderley (2001) afirma que as famílias concentram seus esforços em suprir as necessidades atuais de seus membros, bem como a reprodução das gerações seguintes. A família garante a subsistência de seus membros. Assim é que, dentro da agricultura familiar, as famílias buscam alternativas para certificar-se da reprodução das gerações seguintes. Brumer (2007) descreve que é oportuno ao estudar juventude rural, que se compreenda a dinâmica social, isto é, relações entre a família (a casa), os vizinhos (a comunidade) e a cidade (o meio urbano). Estes espaços, que promovem interações sociais, são os espaços de vida desse jovem, se entrelaçam e dão sentido às relações e concepções do jovem sobre o meio onde vive e, conseqüentemente, sobre permanecer ou não naquele local.

Por sucessão, Spanevello (2008) aponta que se caracteriza enquanto a transferência do gerenciamento sobre o patrimônio, bem como o uso e o controle do mesmo, para os filhos ou a geração seguinte. Conforme Gasson e Errington (1993² *apud* SPANEVELLO, 2008) existem quatro modelos de padrões sucessórios:

- a) o filho sucessor estabelece uma gestão e tomada de decisão própria, reside separadamente dos pais, é independente financeiramente e assume o controle da propriedade quando os pais se aposentam;
- b) o filho tem um estabelecimento em separado e é autônomo. Desenvolve as habilidades conquistadas no trabalho com os pais, constrói capital próprio;
- c) o filho reside junto aos pais, trabalhando de forma conjunta. Ao desenvolvimento das atividades em conjunto, o filho vai tomando seu espaço e participando das decisões;
- d) o filho mora juntamente com os pais, participa pouco das atividades e das tomadas de decisões da propriedade. É tido somente enquanto uma força de trabalho, pouco preparado em relação às atividades laborais, assumindo o controle somente se os pais morrerem ou aposentarem-se.

Esses padrões, conforme Spanevello (2008) não são definidos puramente desta forma, porém, combinam-se elementos de um ou de outro modelo. A autora também se refere à sucessão destacando dois aspectos centrais, o primeiro envolvendo um processo de sucessão com diferentes fases e estágios e, a segunda, enquanto um processo de socialização dos filhos, desde cedo, com as atividades desenvolvidas na propriedade dos pais. Essa socialização dos

² GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm Family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

filhos pode ser entendida enquanto uma preparação dos mesmos para dar continuidade à produção familiar dentro da propriedade.

A vida das famílias e o modo como se relacionam são dinamizadas por algumas questões, primeiramente, o passado familiar, as tradições enrustidas da família e, o tempo presente, ou seja, a vida cotidiana dos jovens. Essas questões inspiram as práticas, pensamentos, concepções e estratégias dos jovens no presente e o planejamento de seu futuro. O cotidiano engloba educação, sociabilidade, trabalho, escolhas profissionais e conjugais, bem como heranças e sucessão de terras (BRUMER, 2007).

As formas familiares de organização existem em todas as sociedades, porém, em determinadas situações históricas essas organizações e dinâmicas das famílias são determinadas pelo regime capitalista (SCHNEIDER, 2009). Conforme Brumer (2007) o ingresso na atividade agrícola é, basicamente, por meio endógeno, ou seja, os agricultores familiares que geram os seus sucessores. A família apresenta uma função simbólica importante na vida do jovem, este se adequará ao rural ou ao urbano dependendo da maneira com a qual a família internaliza esses dois locais na vida dele (CARNEIRO; CASTRO, 2007).

Carneiro e Castro (2007) ressaltam que a escolha pode não depender exclusivamente da família, mas também de questões econômicas e sociais, de leis e políticas vigentes sobre a comunidade rural onde o jovem reside e, até mesmo, por dificuldade de encontrar pares que possibilitem a construção de uma nova família. Os jovens rurais de gerações passadas relacionavam-se em um ambiente mais restrito e, na geração atual, por meio da globalização e inclusão de tecnologias, as relações sociais e culturais ampliam-se. Isso possibilita aos jovens uma escolha exógena, a partir de fatores sociais e culturais que fazem com que o jovem repense sua identidade e relações e decida desligar-se do entorno da família de origem e buscar novas oportunidades no meio urbano (DALCIN; TROIAN, 2009).

Esse fato é o que Bourdieu (1983) chama de crise de reprodução social. Isso ocorre porque ao deixarem o meio rural, os jovens acabam excluindo muitas possibilidades de casamento e construção de novas famílias. O autor, em seu texto “O Camponês e seu corpo” (2006), baseando-se em um estudo realizado nos anos 1960 na França, escreve sobre o celibato masculino em virtude das questões econômicas e sociais. Bourdieu retrata um baile local, onde os solteiros reúnem-se, nesse contexto há um choque entre rural e urbano, consequentemente havendo uma desvalorização dos jovens do campo. As jovens buscavam aparência, vestimenta, comportamento, e dirigiam-se aos jovens da cidade, aos ideais urbanos, desvalorizando os jovens rurais. O camponês, jovem rural, passa a perceber-se como um “encamponizado”, tomando para si a imagem que os outros criam sobre ele, pesando os traços

de atividades e atitudes rurais. Essa percepção faz com que esse jovem torne-se introvertido, “sem-jeito”, sendo reprimido pela sociedade e segregado em relação aos sexos e compartilhamento de sentimentos e emoções.

Abramovay (1998) estudou sobre a continuidade da produção familiar e dos aspectos negativos que os jovens apresentam sobre a atividade agrícola. O autor afirma que junto ao êxodo rural que vem aumentando consideravelmente com o passar dos anos, a população rural está passando por um processo de envelhecimento e masculinização. Maria José Carneiro (1999, p. 1) expressa com ênfase o processo de diluição de fronteiras, que acabam agravando a situação do jovem rural:

No contexto de crise da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, a juventude rural salta aos olhos como a faixa demográfica que é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com o agravamento da situação de falta de perspectivas para os que vivem da agricultura (CARNEIRO, 1999, p.1).

Ressalta-se, neste momento, que para que aconteça a sucessão familiar e o jovem tenha vontade de permanecer no campo, é importante que as políticas não tratem somente de agricultura – produção –, pois a mesma está tornando-se multifuncional e pluriativa. Desta maneira, tendo preparação e investimento, os jovens poderão ter uma melhor qualidade de vida no campo (DALCIN; TROIAN, 2009).

Panno e Machado (2014) apontam sobre decisões satisfatórias e ideais. Isso implica em que, as pessoas tendem a tomar suas decisões de forma que o satisfaça, ou seja, que lhe proporcione bem estar. Gasson (1973³ *apud* PANNO; MACHADO, 2014) aponta para quatro modos de orientações de decisões dos agricultores:

- a) orientação Instrumental – onde o indivíduo maximiza seus objetivos, obtendo benefícios mínimos, expande seus negócios e seu trabalho organiza-se em condições agradáveis;
- b) orientação Social – o processo de decisão gira em torno da conquista de prestígio social, possibilita uma relação positiva com a comunidade e perpetua a tradição familiar;

³ GASSON, R. Goals and Values of Farmers. *Journal of Agricultural Economics*, Oxford, v. 24, p. 521-538, 1973.

- c) orientação Expressiva – esse modo opera juntamente ao sentimento, ao sentir-se pertencente, buscando aptidões e habilidades para desenvolver melhor a propriedade familiar;
- d) orientação Intrínseca – a decisão é satisfatória, possibilita um maior desfrute do trabalho, valorização e independência na propriedade.

Esse *modus operandi* de decisões aqui descritas serve enquanto um norteador para o entendimento do processo sucessório. Diante da realidade da agricultura familiar e da sucessão, as quais foram citadas anteriormente, as decisões dos jovens são direcionadas e tomadas por meio de percepções diferenciadas e influenciam diretamente o processo familiar e social da sucessão rural bem como as condições mentais para que essas decisões sejam feitas de forma saudável para o jovem.

2.3 O PROCESSO SUCESSÓRIO E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE MENTAL

Dar visibilidade ao rural como um espaço de vida. Isso propõe a discussão sobre saúde, considerando aspectos relacionais e vivenciais dos sujeitos. Sair do rural como um espaço agrário, econômico e produtivo, passando a um rural que evidencia a voz das pessoas que ali vivem e convivem com problemáticas adoecedoras. Problemas de saúde mental são recorrentes no meio rural (GERHARDT; LOPES, 2015).

A princípio, os estudos sobre esse tema consideram o sofrimento em relação ao trabalho, a rotina e ao processo de exclusão que o agricultor sofre (MONTEIRO, 2004; CORREA, 2003). Segundo Silva, Dimenstein e Leite (2013) houve a implantação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF/portaria nº 2.8666, 02/12/2011) que objetiva a qualidade de vida dessas populações, junto a ações que promovam a saúde. Porém, ainda são poucas as práticas que atuam e agem com as famílias rurais, buscando compreender e auxiliar no modo como acontece o cuidado em saúde.

Os problemas de saúde mental são prevalentes nas áreas rurais e são relatados por vários autores. Arons (2000) e Taylor *et al.* (2000) mostram que aproximadamente uma em cinco pessoas tem problemas de saúde mental algum tempo em sua vida. No entanto, há uma grande proporção de pessoas, especialmente em áreas rurais e afastadas, que não recebem alguma forma de atendimento por profissionais de saúde mental, a não ser em estágio de crise (POLETTTO *et al.*, 2008, p.4).

Há ainda, a repercussão de sofrimento mental no meio rural. Os agricultores por vezes não se dão conta de que estão em processo de sofrimento emocional ou mesmo em um quadro adoecedor que interfere em suas relações interpessoais e competências sociais (SILVA,

DIMENSTEIN; LEITE, 2013). E, levando em consideração que a população rural relacionada aos seus aspectos de saúde mental, não recebe práticas e estudos consistentes e, assim, o foco sobre jovem rural no aspecto de sua saúde mental também não é apontado como objeto de estudos e/ou atuação.

Segundo Poletto *et al.* (2008) a saúde mental no meio rural é negligenciada, problemas como estresse, depressão, psicopatologias, doenças de causa somática não estão sendo visibilizadas. Apesar de termos em vigor um sistema de saúde público e universal, uma das adversidades encontradas é justamente a efetivação das ações em todo o território, principalmente nos locais de difícil acesso, porém essa característica é a que mais impede o serviço de ser ofertado de forma qualificada. O meio rural sofre principalmente com a falta de serviços na atenção primária e saúde mental (SILVA; DIMEINSTEIN; LEITE, 2013).

O entendimento sobre saúde mental é raso nas comunidades rurais. A informação e os próprios serviços de atendimento são precários. O conceito de saúde é polissêmico, definir cientificamente – por uma abordagem médica – tem constante relação com a doença (GERHARDT; LOPES, 2015). Neste caso, a definição de saúde é ampla e considera as concepções e percepções das pessoas. Conforme Dejours (1986) a saúde não está implicada em estados de adoecimento ou de conceitos fechados, mas sim, em uma conquista e constante mudança. Também, a saúde mental é possibilidade de construir a si próprio, reproduzindo e produzindo. Dessa forma, distúrbios psicológicos e sofrimentos psicológicos são o rompimento destas conquistas e possibilidades (TEIXEIRA; LORENZON, 2015). Assim, a saúde é compreendida enquanto modos de regulação do estado orgânico, adaptações favoráveis ao meio, desejos realizados, desempenho de papéis saudáveis, liberdade de ação – coletiva e individual – ou seja, indivíduos potencialmente capazes.

Segundo o Mapa da Violência do ano de 2017, a taxa de suicídios na população de 15 a 29 anos subiu de 5,1 por 100 mil habitantes em 2002 para 5,6 em 2014 - um aumento de quase 10%. O sofrimento no meio rural relaciona-se muito aos contextos de vida (CIRILO NETO; DIMENSTEIN, 2017). Teixeira e Lorenzon (2015) apontam para o fato de os agricultores apresentarem uma “queixa dos nervos”, analisando que há uma influência direta dessa queixa com as modificações tecnológicas, de produção e de relação com a terra e também com as empresas e instituições bancárias, bem como a falta de crédito e problemas nos períodos sazonais de plantio e colheita. Nestes problemas de saúde dos agricultores cabe ressaltar também a apresentação de doenças cardiovasculares, doenças mentais, utilização de agrotóxicos e acidentes de trabalho. Em pesquisa realizada por Teixeira e Lorenzon (2015)

sobre a representação social do trabalho para agricultores e a ocorrência de sofrimento mental evidenciou que uma das “moléstias” mais apontadas pelos entrevistados foi a depressão:

O entendimento dos agricultores acerca do que é depressão demonstra que quase em sua totalidade eles não a consideram como doença, mas sim como excesso de pensar, mal gerenciamento de recursos financeiros, falta de ocupação e até vontade de trabalhar, bem como perda do emprego e incapacidade de realizar o próprio trabalho. Como antídoto para a doença, os agricultores consideram fundamental a “autoajuda”. Além disso, entendem que é necessário buscar melhorar e seguir com o trabalho, porque isso será definitivo na possibilidade da melhora (TEIXEIRA; LORENZON, 2015, p.190).

Para Cirilo Neto e Dimenstein (2017) o sofrimento mental dos trabalhadores rurais relaciona-se a aspectos de vida, como baixa escolaridade, dependência familiar, dificuldades financeiras e de trabalho. Os autores afirmam que fatores sociais, de gênero, raciais, tecnológico, organizacionais e econômicos aliados aos fatores físicos, mecânicos e biológicos são presentes nos processos de sofrimento rural.

Conflitos familiares, falta de diálogo, relações abusivas e violências são elementos preocupantes e comuns no meio rural, mas são velados e/ou não discutidos. Cabe ressaltar que todos estes fatores convergem com o período de decisão dos jovens, situações como estas estão perpassando toda a sua vida e seu desenvolvimento e, direta ou indiretamente, causam tensão e, por vezes, sofrimento, no processo sucessório.

3 CAMINHO METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta os procedimentos e métodos escolhidos e utilizados na pesquisa. Apresenta também o local do estudo, os participantes, aspectos bioéticos, a geração e análise de dados, bem como uma breve descrição de como foi realizada a pesquisa de campo, quais suas dificuldades e o processo envolvido.

3.1 TIPO DE ESTUDO

Foi realizada uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória. A pesquisa qualitativa refere-se à compreensão do acontecimento a ser pesquisado, proporcionando o entendimento do indivíduo com seus significados e a realidade do estudo. A pesquisa qualitativa, conforme Gerhardt e Silveira (2009) não se concentra na representatividade numérica, mas sim, na compreensão de determinados grupos e/ou situações. Evita-se a quantificação, o objetivo da amostra é ilustrar, descrever, aprofundar e produzir novas informações sobre determinado tema.

Preocupa-se com a dinâmica das relações sociais e, conforme Minayo (2014) trabalha-se com significações, crenças, valores, sentimentos, motivações e atitudes, itens correspondentes a um nível profundo das relações, dos fenômenos e de seus processos. As características da pesquisa qualitativa, deste modo, concentram-se em:

Ações de descrever, compreender, explicar a precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.32).

A pesquisa qualitativa busca compreender a simultaneidade das diferenças, sejam culturais, temporais ou sociais. Compreende-se o global e o local (MINAYO, 2014). Há, na pesquisa qualitativa, a compreensão processual da produção de conhecimento. Este processo é histórico, grupal e individual, atemporal. Deriva da práxis humana e não consiste numa linearidade. A partir dessa abordagem, Gil (1999) entende que assim pode-se realizar uma análise geral do tema abordado, tendo como principal objetivo analisar de forma mais profunda o que está sendo estudado.

Desta forma, pesquisar qualitativamente refere-se a compreender o acontecimento a ser pesquisado, proporcionando o entendimento do indivíduo com seus significados e a realidade do estudo. O que baseia a pesquisa é o método interpretativo que descreve a realidade tal como aparece, sendo abordado nos problemas ou temas específicos surgidos durante a coleta de dados (BORGES, WINTER; SOUZA, 2013; MINAYO, 2014).

3.2 LOCAL DE ESTUDO

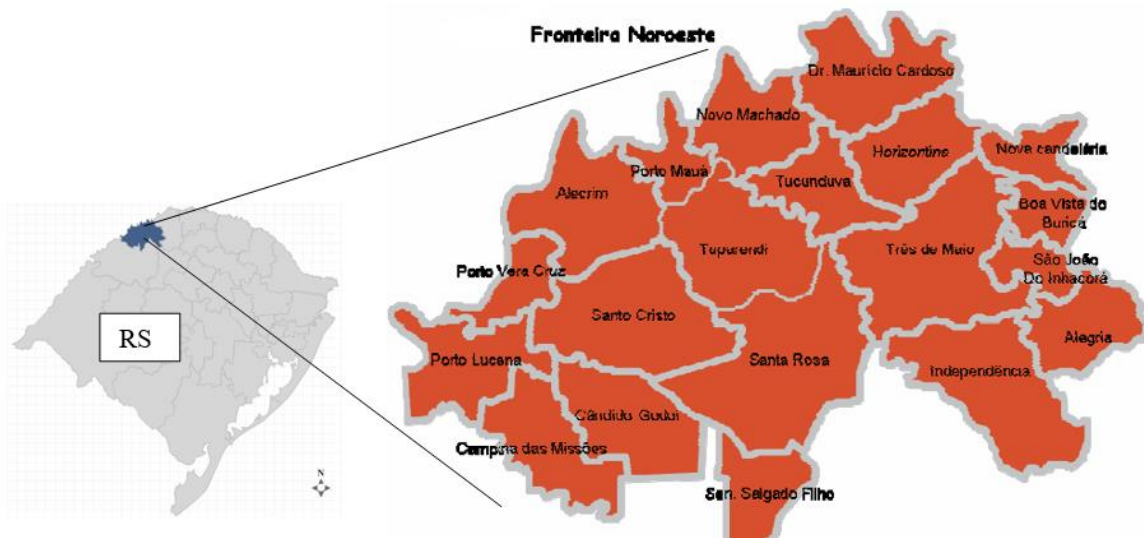
A região fronteira noroeste do Rio Grande do Sul constituiu a área dessa pesquisa. A região é composta por vinte municípios: Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi. No Quadro 1 apresentam-se características demográficas dos mesmos. Estes municípios abrangem, no total, uma área de 4.691 km² CODETER e AREDE (2011) (Figura 1).

A região fronteira noroeste do Rio Grande do Sul compõe a região do Médio e Alto Uruguai. Essa região, segundo Panno e Machado (2014) foi a última região do Estado a ser ocupada, as ações de desenvolvimento são recentes, comparando-se às outras regiões. Frantz e Silva Neto (2015) apontam que houve a imigração europeia no século XIX justamente porque a Alemanha e Itália estavam passando por impactos da revolução industrial e do desenvolvimento capitalista.

A partir desse momento, a terra da região foi distribuída e, os imigrantes europeus vinham de camadas heterogêneas, detinham conhecimentos, técnicas e práticas que puderam auxiliar no desenvolvimento rápido dessa região (FRANTZ; SILVA NETO, 2015). O desenvolvimento dessa região é basicamente apoiado na agricultura familiar, caracterizando-se por pequenas e médias propriedades.

A região Fronteira Noroeste, segundo o Diagnóstico feito pelo CODETER e AREDE (2011) foi a “última região a ser incorporada ao desenvolvimento do Estado”. Pois, muitos municípios da região eram pertencentes à Santa Rosa (criada em 1931), sendo desmembrados de Santo Ângelo, que no período de sua criação (1873), era considerado o maior município do Rio Grande do Sul. A região, conforme os dados do Censo do ano de 2010 possui atualmente 203.521 pessoas.

Figura 1 - Mapa dos municípios da região e onde a mesma se localiza no Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: AREDE & CODETER, 2011.

Tabela 1 - Características demográficas dos municípios da Fronteira Noroeste, RS

Município	Urbana	Rural	Total	População Jovem Total (15 a 24 anos)	Percentual da população rural sobre a total (%)	Percentual da população jovem sobre o total (%)
Alecrim	2.165	4.880	7.045	928	69%	13%
Alegria	1.585	2.716	4.301	551	63%	13%
Boa Vista do Buricá	4.366	2.208	6.574	1.048	34%	16%
Campina das Missões	2.188	3.929	6.117	863	64%	14%
Cândido Godói	1.846	4.689	6.535	930	72%	14%
Doutor Maurício Cardoso	2.619	2.694	5.313	755	51%	14%
Horizontina	14.569	3.779	18.348	2.908	21%	16%
Independência	4.157	2.461	6.618	944	37%	14%
Nova Candelária	709	2.042	2.751	418	74%	15%
Novo Machado	1.553	2.372	3.925	504	60%	13%
Porto Lucena	2.331	3.082	5.413	688	57%	13%
Porto Mauá	954	1.588	2.542	378	62%	15%
Porto Vera Cruz	440	1.412	1.852	214	76%	12%
Santa Rosa	60.366	8.221	68.587	11.804	12%	17%
Santo Cristo	7.781	6.597	14.378	2.165	46%	15%
São José do Inhacorá	832	1.368	2.200	309	62%	14%
Senador Salgado Filho	880	1.934	2.814	415	69%	15%
Três de Maio	18.962	4.764	23.726	3.941	20%	17%
Tucunduva	4.035	1.863	5.898	890	32%	15%
Tuparendi	5.294	3.263	8.557	1.234	38%	14%

Fonte: (FEE, 2010).

3.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Nesta pesquisa utilizou-se do conceito de juventude de Brumer (2007), considerando a faixa etária dos 15 aos 24 anos de idade. Se reconhece que a noção de juventude é decorrente da auto identificação do jovem, levando em conta que essa fase caracteriza-se como uma transição dos papéis e assuntos infantis, para os adultos.

Autores como Bourdieu (1983) e Abramovay (1998) descreveram esta fase enquanto modificadora de pensamentos, de valores e comportamentos dos sujeitos. Conforme Castro (2009) este período também é associado a problemáticas e expectativas. Justamente por ser constantemente substantivada e adjetivada, acaba-se esquecendo da auto percepção e auto identificação bem como a formação de identidade desses sujeitos, definidos como juventude, os “jovens”. A juventude rural ainda é pouco conhecida e definida, muitas vezes é relatada enquanto minoria.

Os participantes foram 28 jovens dos municípios de Porto Mauá, Horizontina e Tuparendi vinculados aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (Apêndice C e D). Segundo Ghiglione e Matalon (1997) tal número de participantes aponta para um critério de saturação dos dados, obtendo a quantidade ilustrativa de diferentes situações vivenciadas pelos jovens.

3.4 GERAÇÃO DE DADOS

A geração de dados ocorreu por meio de entrevista semiestruturada (Apêndice A) evidenciando a relação do jovem com sua família, sua trajetória no meio rural, atividades desempenhadas na propriedade, rotina de vida, bem como a descrição dos papéis desempenhados por ele, dentro e fora do meio rural. Ademais, questionamentos sobre a opinião do jovem sobre a sucessão familiar, permanência ou não no campo, o surgimento de algum tipo de sofrimento decorrido desse momento ou do processo de conversar com os pais sobre o assunto. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Utilizou-se, conjuntamente, o diário de campo para registrar as impressões pré, durante e pós-entrevista. O diário de campo configura-se enquanto um caderno de notas, descrevendo sentimentos que abarquem a intensidade do local e sujeito pesquisado, permitindo uma complementaridade às respostas dos participantes, corroborando, questionando ou dando base para o que foi respondido (ROESE *et al.*, 2006).

3.5 ANÁLISE DE DADOS

Para analisar os dados gerados, utilizou-se da análise de conteúdo temática, baseada e teorizada por Minayo (2014). Também, utilizou-se a perspectiva analítica de alguns conceitos do Psicodrama, criado por Jacob Levy Moreno (1975).

Minayo (2014) aponta que a etapa de análise de conteúdo temática possui três finalidades: compreender os dados, confirmar ou não as hipóteses da pesquisa e, responder as questões formuladas inicialmente, ou seja, concluir os objetivos. Também, para que os resultados fossem analisados, partiu-se de uma leitura em primeiro plano das entrevistas, atingindo um nível mais profundo de compreensão das respostas, ultrapassando os sentidos manifestos e/ou direcionados do material coletado.

Na técnica de análise de conteúdos de Minayo (2014), verificam-se hipóteses e questões. Também busca descobrir o que está por trás dos conteúdos manifestos, ou seja, além das aparências daquilo que foi comunicado na obtenção dos dados. Essas funções se complementam, por conta de serem unidades pelos modos de registro, neste caso as entrevistas com a obtenção da unidade de contexto, relacionando o que foi dito pelo entrevistado com o contexto no qual está sendo dito. A análise temática, apropriada para as pesquisas qualitativas em saúde, segundo Minayo (2014) comporta um feixe de relações e busca descobrir núcleos de sentido das respostas, bem como sua significação para o objetivo da pesquisa.

Após esta fase, categorias foram criadas para que a análise se complementasse. A categoria refere-se basicamente a um conceito no qual são agrupados elementos com relação entre si. Estabelecendo essas classificações, ao pesquisador é possibilitado fundamentar teoricamente os dados gerados, criar as categorias e compará-las. As categorias estabelecem-se de acordo com um único princípio de categorização, também, o conjunto de categorias deve abarcar toda e qualquer resposta e, por fim, as categorias são exclusivas (MINAYO, 2014).

Associar a psicologia ao desenvolvimento rural supõe desafios. A Psicologia busca o estudo do ser humano em suas relações e, juntamente ao desenvolvimento rural que propõe o estudo das questões que permeiam o rural, as duas linhas se entrecruzam. A Teoria dos Papéis, que foi utilizada dentro da análise dos dados da pesquisa, é um conceito da Socionomia, linha teórica dentro do Psicodrama, criado por Jacob Levy Moreno. O projeto sociométrico de Moreno pesquisa basicamente o indivíduo em suas situações cotidianas, em suas relações sociais e interpessoais. Toda a teoria moreniana parte da ideia do Homem em

relação, e, portanto, a inter-relação entre as pessoas constitui seu eixo fundamental. Para investigá-la, Moreno criou a Socionomia, cujo nome vem do latim sociu = companheiro, grupo, do grego nomos = regra, lei, ocupando-se, portanto, do estudo das leis que regem o comportamento social e grupal (MORENO, 1975).

O Psicodrama busca, basicamente, o treino da espontaneidade dos sujeitos, a recuperação da criatividade e, nessa lógica dos papéis, que estes sejam desempenhados de forma saudável. Um conceito fundamental para a compreensão da teoria dos papéis é o de Matriz de Identidade: O conceito de matriz utilizado por Moreno é um lugar de acontecimentos criadores, a família onde o indivíduo nasce, são as relações sociais que vai aprendendo a desenvolver. A matriz é, então, o *locus nascendi*, área de vínculos, ações, interações que constituem um locus diferenciado e peculiar. É o próprio conceito de vínculo, local onde o sujeito desempenha seus papéis no processo evolutivo de sua constituição psíquica (MORENO, 1975). Aliado a este conceito tem-se também a Matriz Sociocultural, que, dentro da teoria do Psicodrama, está enquadrado na Matriz de Identidade, contudo, busca-se com esta dissertação, utilizar-se deste conceito, pois entende-se que a Matriz Sociocultural compreende o entorno dos sujeitos, ou seja, para além de sua família e relações mais próximas, considera-se também a comunidade, o bairro, o município, a região, a sua cultura, religião, crenças e preceitos sob o qual determinado sujeito se desenvolveu e criou seus papéis e modo de viver a partir dos mesmos.

Segundo Moreno (1975) os papéis estão presentes desde o nascimento, carregando consigo peculiaridades e característica da cultura e matriz onde estão sendo desempenhados. A definição de papel, segundo ele, é que o papel é a forma de funcionamento assumida pelo sujeito no momento em que reage a uma situação, onde outras pessoas e objetos também estão envolvendo-se. Desta maneira é que Rubini (1995) aponta que esse conceito criado dentro da teoria do Psicodrama oferece inúmeras possibilidades de investigação entre o indivíduo e a sociedade onde se insere. O processo da construção dos papéis do indivíduo caracteriza um processo complexo, descreve a socialização do indivíduo, sua personalidade e características próprias.

A definição de papel que Moreno adotou, advém do teatro, da representação, do processo de tomar um papel, uma função social. No teatro, todo papel necessita de um ator e todo ator tem um papel a desempenhar. Assim:

A teoria psicodramática dos papéis leva o conceito de papel a todas as dimensões da existência humana, desde o nascimento e ao longo de toda a vida do indivíduo, enquanto experiência pessoal e modalidade de participação social. Situa-se no

conjunto da teoria moreniana que sempre se refere ao homem em situação, imerso no social, buscando transformá-lo através da ação. O conceito de papel, que pressupõe inter-relação e ação, é central nesse conjunto articulado de teorias, imprescindível, sobretudo, para a compreensão da teoria e prática do psicodrama (RUBINI, 1996, p.06).

Associou-se, nesta pesquisa, a teoria dos papéis às características da juventude rural pesquisada. Entende-se, assim, que a partir do entendimento dos papéis dos jovens, seu processo decisório e suas reações puderam ser mais bem analisadas e interpretados.

Nesse sentido perpassam todas as questões de saúde mental nos municípios que foram estudados. É importante ressaltar que, o rural apresenta particularidades históricas, sociais, culturais e ambientais, que o recortam e o torna uma realidade própria. O psicodrama auxilia para que essa realidade própria seja analisada e compreendida de forma a apontar os aspectos de saúde mental presentes ou não na sucessão familiar.

3.6 ASPECTOS BIOÉTICOS

Esta pesquisa esteve de acordo e regulamentou-se a partir da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e pela postura ética da pesquisadora bem como sua orientadora, dentro das ciências humanas e sociais. A resolução propõe que o pesquisador (a) considere o progresso e o avanço da pesquisa realizada, respeitando a dignidade, a liberdade e a autonomia do sujeito objeto da pesquisa. Determina também que haja uma assistência ao participante da pesquisa, neste caso, encaminhamento para atendimento psicológico caso o mesmo apresente alguma complicação e/ou desconforto referente à entrevista. Promove a defesa dos direitos humanos, dos valores culturais, morais, sociais e religiosos, recusa qualquer tipo de preconceito, incentivando o respeito à diversidade dos indivíduos.

O processo de comunicação do assentimento realizou-se considerando as características individuais de cada participante. Ocorreu de maneira espontânea, clara e objetiva, evitando formalidades, desenvolvendo um clima de confiança mútua. O participante pôde esclarecer suas dúvidas a qualquer momento da realização da pesquisa e após o mesmo. Também, o participante teve a opção de desistir a qualquer momento, tendo sua privacidade respeitada, garantindo a confidencialidade dos nomes. Também, ressaltou-se que a participação na pesquisa não afetaria de modo algum a relação da família/jovem com o Sindicato de Trabalhadores Rurais ao qual está vinculado.

3.7 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA DE CAMPO

O contato com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais deu-se por intermédio da FETAG-RS: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul. Neste, a Coordenadora Estadual da Juventude Trabalhadora Rural contactou os sindicatos das cidades escolhidas, apresentando a pesquisadora e seu tema de estudo, bem como o modo de trabalho. Uma conversa inicial foi realizada com os Sindicatos e suas equipes, apresentando uma cópia do projeto de pesquisa e, solicitando o apoio para o contato com as famílias e os jovens.

Os Sindicatos e suas equipes demonstraram grande interesse e atribuíram importância ao tema e desenvolvimento da pesquisa, oferecendo todo o apoio necessário. Apoio este, que consistiu em disponibilizar o carro do Sindicato para a ida às propriedades e um funcionário (a), atuando como mediador entre o Sindicato e a pesquisadora.

Em relação à dificuldade encontrada, cita-se o acesso às propriedades rurais, em muitos locais havia pavimentação asfáltica somente até um ponto do caminho e, após, havia estradas de terra, que por sua vez eram de difícil acesso. Outra dificuldade foi encontrar jovens que estavam na casa de seus pais, isto, pois, a maioria estudava em escolas técnicas agrícolas e, sendo longe de casa, permaneciam em alojamento durante a semana, retornando nos finais de semana.

Em algumas famílias foi possível perceber a influência dos pais/avós nas decisões e respostas, houve entrevistas que a maioria das respostas foi dada pela mãe, e o jovem somente concordando ou não. Este fato caracteriza-se também enquanto dificuldade para a obtenção de respostas mais próximas do que pensavam de fato os jovens sobre os temas abordados.

Além disso, em um dos municípios pesquisados foi relatado que havia uma pequena “vila de caboclos”, de descendência negra e, ao questionar-se se haveriam jovens para participar da entrevista, a resposta obtida foi de que “não trabalham muito, então acho que não tem nenhum jovem”. Ressalta-se, assim, a influência e determinação majoritária das descendências italiana e alemã, predominante desde a colonização da região. Percebeu-se uma seletividade dos jovens, indicando para a pesquisa aqueles que poderiam responder de forma “adequada” aos questionamentos realizados. Acredita-se este aspecto contribuiu para uma das limitações deste estudo.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados foram analisados e selecionados em temas a partir da organização das respostas dos jovens. As falas dos jovens são apresentadas na íntegra, para que se possa ter um claro entendimento e fidedignidade com os dados obtidos na pesquisa.

Os temas selecionados tratam sobre as atividades que os jovens desempenham na propriedade, as pessoas que os influenciaram a desempenhar essas atividades e sua rotina de vida. Aliado a isso, outro tema retrata o entendimento dos jovens sobre a sucessão familiar, pois se acredita que, é inviável realizar uma pesquisa sobre sucessão e não ter dados que demonstrem o que os jovens sabem sobre o assunto, aliado a este tema encontra-se outro formado pela opinião emergente dos jovens sobre as políticas públicas e econômicas do e para o jovem no meio rural.

Com base nisto, apresentam-se também e como fator importante para o entendimento da sucessão familiar, os sentimentos sobre esse assunto, como os jovens falam ou não para seus pais, se isso lhe causa sofrimento ou angústia e, se é um tema facilmente tratado na família. E, por fim, apresenta-se um tema transversal presente na pesquisa: relações de papéis femininos e divisão sexual do trabalho.

A partir dos dados empíricos obtidos pela pesquisa de campo, 28 jovens participaram da pesquisa. Deste modo, as entrevistas foram transcritas e, manualmente, selecionadas de acordo com as categorias e os objetivos da presente pesquisa. As categorias evidenciadas foram: Modos de vida: atividades, rotina e influência; Sucessão familiar; Sentimentos sobre a decisão de ficar ou sair e; Os papéis femininos envolvidos na sucessão.

A seguir apresentam-se as características sociodemográficas dos participantes.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Participaram do estudo 28 jovens, com idades entre 15 e 24 anos. Segue abaixo a apresentação e caracterização completa dos dados coletados, incluindo gênero, idade, escolaridade, raça/cor e descendência dos participantes, escolaridade e profissão dos pais.

Em relação ao sexo, 16 declaram-se do sexo masculino e, 12 feminino. A raça/cor predominantemente foi a branca, com descendência alemã de 16 participantes e 12 com descendência italiana.

Sobre a escolaridade dos participantes duas participantes declaram ter ensino superior completo; seis participantes ensino superior incompleto; dez participantes ensino médio/técnico completo e dez participantes ensino fundamental e médio/técnico incompleto. Em relação à profissão dos pais, 23 participantes possuem os pais tendo sua atividade profissional somente na agricultura, e cinco com algum dos pais tendo atividades fora da produção agrícola.

Sobre a escolaridade dos pais dos participantes, a maioria dos pais possuía ensino médio e fundamental completo. Uma participante possui a mãe com ensino superior completo. Dois participantes não responderam, pois não sabiam informar a escolaridade dos pais.

No decorrer da apresentação dos resultados, os participantes serão denominados pela letra “P”, seguidos de um número que caracterize a ordem das transcrições das entrevistas: “P1”, “P2”. Este modo de denominação é adotado a fim de preservar a identidade dos participantes, são caracterizados quanto ao sexo, porém, nomes e idades permanecem em sigilo, garantindo a postura ética da pesquisa.

4.2 MODOS DE VIDA: ATIVIDADES, ROTINA E INFLUÊNCIA

Neste tema serão apresentados e discutidos os modos de vida dos jovens entrevistados. Algumas questões ficaram evidentes quanto às suas rotinas, suas atividades desempenhadas na propriedade onde residem e sobre quem ou quais foram os influenciadores para que desempenhassem tais atividades.

Em relação às atividades desempenhadas, os jovens relatam que conciliam atividades de estudo/trabalho fora de casa, com o trabalho na propriedade. As atividades na propriedade consistem em produção leiteira – ordenhar, auxiliar a alimentar os animais, ajudar no plantio e colheita na produção e grãos, manutenção, criação de animais:

Eu ajudo em tudo, serrar lenha, tratar os bois (P3, M.).

Eu ajudo a mãe aqui [...]. E eu ajudo o pai lá fora também, a tirar leite, tirar silagem, fazer ração, essas coisas. De manhã eu vou pra aula o pai fica em casa fazendo o serviço. Normalmente fica tudo de estudos pra de noite, porque de tarde sempre tem coisa pra fazer, tem que ir olhar a água de vaca, [...] mas acho que dá normal pra fazer tudo. (P6, F).

“Eu sou tipo um estepe sabe, então se precisar lá, na, no leite eu estou lá, se precisa na, nos porcos também, o que eu mais faço então é tipo regulagem de máquina, lubrificação, [...] na parte da lavoura então, uma coisa mais fixa”. (P8, M.).

Olha a primeira coisa aqui de manhã cedo [...] trato as ovelhas, os porcos, dá uma olhada nos terneiros quando tem de engorda aí e daí eu vou lá pro “chiqueirão” lá em cima né. E aí lá, três vezes por semana nós fizemos a limpeza né e medicar os

porcos doentes e depois daí nós vamos pra lida do gado daí, dá uma olhada nos poteiros, levar pasto, feno e algum servicinho que outro que tem que fazer né, manutenção da propriedade. (P24, M.).

Percebeu-se, com as falas dos jovens acima e, pelas percepções da pesquisadora, que para alguns, conciliar estudos, trabalho fora e trabalho na propriedade não causa sofrimento e/ou incômodo.

Estas atividades desempenhadas pelos jovens fazem parte da organização e dinâmica familiar. Rosas (2007) aponta a família enquanto transmissora, não somente de bens materiais, mas de visões de mundo, moralidade, ideias sobre a continuidade, concepções de trabalho, que formam e desenvolvem no jovem o modo como age dentro da família. Assim, as atividades desempenhadas pelos jovens afirmam essa transmissão de trabalho, valores e moral advinda dos pais.

Há que se considerar neste momento, a introdução à teoria do Psicodrama e dos Papéis (inicialmente descrita no capítulo 3, item 3.5), e o conceito de Matriz de Identidade, que será base e auxílio para a continuidade da análise das entrevistas deste ponto em diante.

A Matriz de Identidade, segundo Moreno (1975) e Bustos (2016) é basicamente uma placenta social, o lócus onde a criança é planejada, nasce e desenvolve-se. Essa placenta supre as necessidades psicológicas, fisiológicas e sociais. Inicialmente este grupo é formado pela família e, ao passo que ocorre o desenvolvimento, novos elementos vão sendo incorporados, como parentes, amigos, colegas, e o contexto vai sendo ampliado.

Ao ir desenvolvendo-se junto à sua matriz, o indivíduo vai obtendo contatos vivenciais, marcas e incorporações de características individuais e grupais, bem como de relações com objetos, locais e pessoas. Deste modo, desenvolve pautas, comportamentos e modos de ver o meio onde vive e as pessoas com as quais se relaciona.

Assim, a relação dos jovens entrevistados com a terra, com os afazeres e trabalho são reflexos de sua matriz de identidade. Os jovens são incorporados ao trabalho desde cedo e são estimulados a dividir seu tempo entre os estudos e os afazeres na propriedade. Simultaneamente a essa divisão de tempo, há uma preocupação dos jovens entrevistados em deixar os pais sozinhos para fazerem o serviço de casa, em prol dos estudos:

Agora eu não tenho muito tempo né, porque os estudos estão me tirando bastante tempo, mas eu gosto muito de lidar. (P20, F.)

De vez em quando é meio difícil né, complicado, está plantando alguma coisa então tem que largar, deixar o pai sozinho e ir pra faculdade. (P27, M.).

Essa preocupação com os pais ficou evidente ao realizar as entrevistas, pois na maioria das entrevistas realizadas os jovens encontravam-se realizando alguma tarefa junto dos pais, e questionavam à pesquisadora se a entrevista seria rápida, para poderem voltar ao serviço. Deste modo, isso demonstra a preocupação ilustrada nas falas anteriores.

Wanderley (2009) define que o aspecto e a organização do trabalho na agricultura não são caracterizados pelo trabalho em si, mas sim, por uma imagem de pertencimento à família, ou seja, quanto mais o jovem preocupa-se e trabalha junto aos pais, mais pertencente à família ele é.

A matriz de identidade tem a tarefa fundamental de transmissão de herança cultural. Isso diz do grupo que o sujeito pertence e da preparação para sua vida em sociedade (BUSTOS, 2016). Sendo assim, a preocupação com o trabalho, com o tempo que a entrevista levaria e também em não deixar os pais realizando os afazeres sozinhos, reflete claramente a herança e valores transmitidos pela matriz de identidade dos jovens, que valoriza o trabalho e o tempo, julgando e vendo necessidade em uma cooperação e auxílio nos afazeres da propriedade.

Cabe aqui a conceituação de Matriz Sociocultural: o conceito propriamente dito não está inserido claramente dentro da teoria psicodramática, contudo, a partir das pesquisas e das entrevistas realizadas, consegue-se visualizar e compreender que a matriz sociocultural relaciona-se com o entorno para além da família. Isto significa dizer que a comunidade, o bairro, o município, a religião, a vizinhança, entre outros arredores, também possuem e configuram-se como influenciadores e moldadores dos comportamentos e desenvolvimento dos papéis dos sujeitos, principalmente no meio rural, o qual sabe-se que a maioria advém de uma cultura patriarcal, enrijecida e muitas vezes detentora de certos julgamentos morais, éticos e comportamentais.

A matriz sociocultural acaba por ligar-se diretamente com a aproximação ou não dos jovens com o local onde vivem. Por exemplo, alguns dos jovens entrevistados possuem vínculo com a cooperativa da comunidade e, mesmo trabalhando fora da propriedade dos pais, ainda desempenham algumas atividades e estão envolvidos com o serviço contido na mesma:

Meu trabalho, envolve diretamente o agricultor porque é mais o pagamento, recebimento, tipo a venda também, não é tanto, mas é, pro agricultor. Daí vou pra casa, se é horário de verão ainda fico lá fora ajudando nas coisas [...] eu tiro leite, não que eu tiro todo dia, mas eu sei tirar. (P1, F.).

De manhã eu faço o serviço em casa lá. Trato os terneiros que tem em confinamento, tomo um banho e depois venho pro serviço. Daí quando vou pra casa, que nem agora quando é inverno, o pai trata daí, e quando é verão que vou

pra casa cedo né, daí eu faço eu [...]da parte de, te falando já de lavoura, que nem eu faço final de semana daí, plantar, e passar veneno e colher. (P7, M.)

Durante o dia eu trabalho ali na cooperativa né, as vezes eu vou buscar o pai, que nem na época da safra eu busco o pai, de noite né e logo de manhã cedo, de meio dia no caso, eu levo ele pra buscar a seifa¹ e o caminhão. (P18, F.).

Carneiro (2007) aponta que, com o passar do tempo, novas demandas vão surgindo nos jovens rurais, semelhantes às dos jovens urbanos. A busca, por exemplo, de uma atividade melhor remunerada e menos fatigante que na agricultura é uma dessas demandas. O trabalho em cooperativas/associações/sindicatos dá ao jovem a possibilidade de manter o contato com o meio rural, porém, desempenhando outra função.

Ainda, essa escolha de manter o contato, mas realizando outra atividade laboral, por vezes possibilita ao jovem a manutenção de um desejo de um padrão de vida diferente daquele que têm espelhado na família. As transmissões da família seguem as mesmas (valores, moral, códigos), mas o que difere são os acessos que os jovens buscam a partir destas outras atividades.

Essa busca pela atividade diferenciada, mas ligada ao campo, diz de uma identidade. E, relacionado à matriz de identidade, segue expressando a relação de pertencimento que lhes é passada durante seu desenvolvimento. Fonseca Filho (2008) refere-se sobre o processo de desenvolvimento dos indivíduos com a matriz, onde ocorre uma internalização das características, formas e peculiaridades das relações, neste caso, há uma peculiaridade e uma aproximação da relação do jovem com a localidade/comunidade onde está inserido, não havendo uma quebra ou rejeição do local, mas sim, uma modificação em seu modo de vida.

O fato da aproximação com o meio rural e da possibilidade de diferenciar atividades caracteriza-se enquanto um fator de saúde. Saúde e doença, segundo Gerhardt e Lopes (2015) remetem-se a múltiplos fatores, a combinação dos mesmos e, principalmente, a uma capacidade reacional dos indivíduos, a partir de sua mobilização interna e externa, contornando e lidando com eventos emergentes.

Além do fator saúde, deve-se considerar o período da juventude, ou o adulto jovem, como nomeia Lesbaupin (2010). A autora define esse período enquanto o tempo onde o jovem ainda não deixou sua família de origem – emocional ou fisicamente – e ainda não estabeleceu uma família própria – por procriação ou escolha. Deste, modo, nesse período é que o jovem determina seus objetivos de vida, fazendo uma escolha emocional daquilo que levará ou não

¹ Termo usual para designar a “colheitadeira”, máquina agrícola utilizada para realizar a colheita da produção.

da sua matriz de identidade, identificando aquilo que deixará para trás, aquilo que levará e modificará ou aquilo que criará sozinho.

Ainda que haja essa aproximação do jovem com a comunidade onde reside, o laço criado e mantido com a propriedade e o trabalho com os pais, para alguns jovens, o trabalho com gado leiteiro acarreta privação do lazer e um dever forçado:

Às vezes se tu queres sair, tem que estar ali né, o bicho não tem como esperar. Tipo nós queremos sair pra algum lugar, nós temos que voltar porque as vacas tem que tirar leite, não tem como deixar elas esperando. Que nem num fim de semana assim, tipo, viajar, não tem como tu ir viajar sem voltar pra casa. E isso é chato né, quer fazer uma coisa e não dá. E só as vezes é ruim porque eu não tenho como sair né. Daí tipo, eles não podem porque tem que fazer outro serviço, e daí as vezes eu não tenho como ir. Mas daí quando não tem jeito nenhum eu fico na minha irmã, na cidade, ela mora lá. (P14, F.).

A jovem, no momento da entrevista, claramente demonstrou irritabilidade e, de certo modo, cansaço sobre a rotina de vida que leva junto de seus pais. Acontece, neste momento, uma recusa ao modo de vida. Passa então, conforme Brumer (2007) a ser uma crise de identidade social. Essa crise permeia as escolhas e os pensamentos dos jovens. Refletem e resultam uma visão de mundo e uma concepção pessimista da vida no campo.

Esta questão pode, também, relacionar-se com um registro consciente ou inconsciente das marcas vivenciais durante seu desenvolvimento (FONSECA FILHO, 2008). Ou seja, durante seu desenvolvimento, cada jovem vê/sente a relação que o cerca. Pode ocorrer, em determinado momento, a sensação da dificuldade e penosidade do trabalho, fazendo-a julgar o mesmo enquanto obrigação, associado à privação de liberdade, diferentemente dos outros jovens já citados, que atribuíam um significado contrário aos afazeres rurais.

Outro exemplo é o jovem que desempenha as atividades por dever/obrigação, não sentindo prazer ou identificação pelo trabalho:

Aqui em casa como eles trabalham fora, tipo as vezes eu limpo a casa, faço ajuda, faço algum servicinho, o almoço. E fora, tem o gado, que a gente tem na engorda, daí eu tiro silagem e trato eles ali. Dou água, essas coisas assim. [...] eu não, não é que eu goste sabe, é que tem que fazer. Aí tipo, como o pai e a mãe trabalham fora, daí eu tenho que fazer. Mas tipo não que eu goste assim. Tipo não é ruim, mas eu já não gosto. (P12, M.).

Ao sentido descrito na última frase do jovem, reitera-se o que Wanderley (2000) afirma ser uma rejeição à atividade agrícola, mas não necessariamente ao meio rural. O meio rural é construído, segundo a autora, enquanto um espaço de vida singular, a partir de dinâmicas sociais internas e externas. Essas dinâmicas e este espaço de vida dão margem para

que o jovem possa identificar-se ou não, tanto com o local (meio rural) quanto com o trabalho (atividade agrícola).

Mesmo a recusa do seguimento das atividades ou não identificação com o trabalho dos pais mostra-se enquanto fator de saúde mental. Isso, ao considerarem-se os fatores endógenos e exógenos a que o jovem foi apresentado durante seu desenvolvimento, bem como uma premissa dos pais para que pudesse sair e/ou passando ao jovem a ideia de que o trabalho rural se caracteriza como sofrido e, sem possibilidade de crescimento. Esses fatores, apresentados pela matriz de identidade e também pela matriz sociocultural, imprimem no jovem as ideias e noções dos pais, muitas vezes não abrindo possibilidade para que pudesse descobrir novos caminhos ou opiniões diferenciadas.

Opiniões evidentes de alguns jovens demonstram a comparação, atribuindo mais vantagens ao rural do a “vida na cidade”:

Eu sinto que é bem mais tranquilo, comparado quem mora na cidade [...] aqui é um lugar muito mais calmo sabe, e tu faz as coisas no teu tempo, na cidade parece que tem que ser tudo muito rápido. (P21, F.).

Na cidade tu tem aquele horário fixo, tem que ir, tu tem que ir, tem que estar lá né. Só que no interior tu pode atrasar um pouquinho. (P25, F.).

Os jovens que relatavam essa facilidade de vida no rural demonstravam ter liberdade para realizar suas atividades na propriedade, afirmavam que, mesmo sendo diária, a atividade poderia atrasar alguns momentos, poderia ser feita sem pressa, com tranquilidade, expressando uma ausência de pressão e/ou ansiedade. Muito percebe-se uma ideia de que o rural é, por vezes, atrasado, que está se esvaziando e o espaço para a agricultura familiar vêm diminuindo ao longo dos anos (WANDERLEY, 2000).

Wanderley (2000) se coloca contra esta ideia de “fim do rural”, afirmando que, o rural reflete um modo singular de utilização do espaço e, de vida social. Muitos jovens, segundo a autora, atribuem facilidades e progresso à vida na cidade, porém, valorizam suas relações e a tranquilidade, nestes casos, o urbano atua enquanto um complemento à vida rural.

Corroborar, aqui, a teoria de Moreno (1975) afirmando que, conforme as vivências, os indivíduos desenvolvem modelagens, inscrições e registros. Desse modo, formam-se as ideias, opiniões e gostos, caracteriza-se enquanto uma moldagem psicológica, que aproxima ou repele diferentes pessoas/coisas/lugares, atribuindo cargas positivas ou negativas (FONSECA FILHO, 2008).

Deste modo compreende-se que, não há como realizar uma generalização, mas a maioria dos jovens entrevistados possui um vínculo com a propriedade onde residem e as atividades realizadas, possuindo, assim, um dever/obrigação para com os pais. E, Meija (2012) corrobora essa informação afirmando que:

Contrariamente a uma visão dicotômica, olha-se para o rural com ênfase nas relações decorrentes de sua integração com o urbano em termos populacionais, de valores, de ocupações, entre outros. Esses universos estão em comunicação permanente, veiculada pela mobilidade física e social dos atores sociais entre espaços diversos. Por meio da mobilização rural-urbano-rural trocam-se informações, valores e culturas (MEIJA, 2012, p.148).

As dificuldades apontadas são o próprio dever/obrigação, não gostar ou sentir prazer em desempenhar a atividade e, ser uma rotina constante, não havendo espaço para lazer ou viagens longas. Mesmo com estas dificuldades, alguns jovens ainda afirmam que a rotina no campo possui mais liberdade do que na cidade, sem horário fixo, com mais tranquilidade.

Ainda, em relação aos papéis sociais e familiares:

Considera-se a sucessão geracional na agricultura familiar de grande importância, não apenas para os membros da família diretamente envolvidos, mas também para a reprodução dessas unidades de produção ao longo do tempo, o tecido social e a aparência das áreas rurais (BRUMER, 2007² *apud* CARNEIRO; CASTRO, 2007, p.42).

Inscvem-se, na personalidade dos jovens, a maneira pela qual esteve inserido no mundo de sua matriz de identidade e sociocultural. Deste modo, em relação às influências das atividades que desempenham, foi unânime a resposta de que os pais e a família – irmãos, avós – foram e são os seus maiores influenciadores:

“A mãe e o pai que me influenciam né. E vendo, mesmo que eu via o mano e a mana né. Daí sempre a gente fica junto né, e vai pegando o gosto também.” (P4, F.).

“Ah, o pai sempre me incentivou! A mãe também dizia pra ajudar o pai né, e o vô também, quando eu estava lá embaixo³. O vô me dizia ‘ah vem junto vamos ver lá, tratar os terneiro e coisa, e tirar leite.’” (P18, F.).

“O pai e a mãe sempre influenciaram tipo, eu sempre acompanhava eles desde pequenininho quando eles iam fazer eu sempre estava” junto né. (P25, M.).

Esta influência advém de um caráter psicossocial da matriz de identidade e da matriz sociocultural. A formação dos jovens em sua individualidade e coletividade foi em torno dos

² BRUMER, A. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. In: **Congresso da International Rural Sociology Association (Irsa)**, 10. Rio de Janeiro, 2007.

³ Refere-se à propriedade do avô.

afazeres na agricultura, formando uma relação entre indivíduo/trabalho/sociedade (RUBINI, 1995). Estes jovens estiveram conectados desde cedo com uma visão da agricultura, tanto em casa, nas suas famílias, como ao seu redor. Sua vizinhança também se desenvolvia por meio da agricultura, muito provavelmente seus colegas de escola também estavam no meio rural, por vezes frequentaram escolas rurais, a comunidade onde residiam, a igreja da qual participavam, estavam diretamente ligadas aos costumes e cultura desenvolvida imersa no meio rural. Aqui se clareia o conceito da Matriz Sociocultural e o do quanto ela é influenciadora da decisão do jovem. Brumer (2007) considera um fator presente na juventude rural a sucessão geracional, que envolve aspectos não somente familiares, mas sociais, estrutura do setor agrícola, aparência das propriedades rurais e a sua reprodução.

Neste momento cabe iniciar a discussão sobre a Teoria dos Papéis. A noção de papel criada por Moreno (1975) trata, principalmente, da sua função e importância dentro de um sistema social. A palavra papel, conforme Rubini (1995) significa, na língua portuguesa, o material que é utilizado para a escrita, também se refere a um personagem representador por meio de atuação. Nesse sentido é que a Teoria dos Papéis foi criada, referenciando os papéis que o indivíduo desempenha na vida, que são fruto de suas relações e impressões, advindas da matriz de identidade.

O desenvolvimento dos papéis é o mais significativo tipo de desenvolvimento dos seres humanos (MORENO, 1975). O sujeito confronta-se e é colocado a assumir papéis desde o momento de seu nascimento. A socialização do indivíduo ocorre por meio dos papéis que desenvolve. Sendo assim, o conceito de papel pressupõe ação e interrelação, levando o conceito de papel a todas as dimensões da existência humana (RUBINI, 1995).

A compreensão da teoria dos papéis se dá por meio do entendimento do sujeito em relação, imerso no social, buscando transformar e moldar o mundo a sua volta e, vice-versa. Conforme Moreno (1975, p.16) “[...] todo papel é uma fusão de elementos particulares e coletivos, é composto de duas partes: seus denominadores coletivos e seus diferenciais individuais”.

Aqui, então, é que a fusão da teoria dos papéis e do desenvolvimento do papel de agricultor (a) e sua relação e identidade com o local, ocorre. Considera-se uma dimensão individual e uma dimensão social, pois, todo indivíduo, ao viver em sociedade, possui um papel a desempenhar. Cada sujeito caracteriza-se por um leque de papéis que determinam e constituem seu comportamento, em nível individual e, ao estar em sociedade, cada cultura rege e apresenta ideologias/crenças que, com maior ou menor êxito, também constituem e determinam o comportamento dos sujeitos (RUBINI, 1995).

Percebe-se, a partir disso, a influência familiar (individual e coletiva) no desempenho do papel e das atividades que os jovens desenvolvem em suas propriedades:

O pai a mãe acho que me influenciaram né, é desde do meu avó tinha vaca, tinha gado, já tinha, grãos eles plantavam mas sempre foi mais com animais assim, porco, galinha [...]É normal assim, porque desde pequeno eu, é o que eu gosto, é o que eu faço, eu lido. (P23, M.).

Assim, a ideia e o incentivo é desde pequenininho, eu sempre gostei de roça e “cavocar” e fazer, e mexer com terra era comigo, “bicharedo” era comigo. (P24, M.).

Além disso, os jovens, possuindo contato com os afazeres rurais desde cedo, forjam seu lugar no mundo do trabalho. Têm-se, aqui, uma aproximação e uma relação pessoa-natureza, constituindo, assim, uma identidade e uma conectividade com o local e tarefas desempenhadas pelos pais e que foram sendo aprendidas pelos jovens.

O rural, conforme Mejia (2012, p. 148) “[...] se refere a um espaço físico, a um espaço social, a uma imagem, a uma mentalidade, a um estilo de vida, à agricultura e/ou a outras atividades econômicas, à natureza, a um espaço de turismo e lazer”. Esse espaço, segundo a autora, é gerador de representações e relações. As conexões realizadas pelos jovens com o local e com o trabalho transformam-se, claramente, em uma presença social e ideológica no seu desenvolvimento.

A convivência, observação, exemplo dos pais e participação ativa nas atividades desde a infância também foram influenciadores, segundo os jovens:

Desde pequeno, desde cinco anos dirigindo trator, então não é que alguém disse que, mais por convivência, tipo daí tu aprende. (P23, M.).

E eu fui desenvolvendo o gosto por aquilo e acabei gostando né [...] desde que eu nasci dá pra dizer. Quando eu já conseguia caminhar eu já ajudava sempre desde quando eu era bem pequenininho, sempre tinha meu, digamos, de madeira um “cochinho” assim e ficava dentro já daí a mãe tirava leite e eu ficava junto ali, sempre junto. (P25, M.).

Destaca-se, aqui, a exposição dos jovens, desde crianças, aos agrotóxicos, ao manuseio de máquinas agrícolas e medicamentos para os animais, questionando-se, deste modo, o quão influenciadora se torna essa exposição durante o desenvolvimento e crescimento biopsicossocial dos jovens. Destaca-se que, durante as entrevistas, o olhar dos pais presentes e a conversa informal pré e pós-entrevista corroboravam com essa afirmação dos jovens, muitos pais orgulhavam-se em o quão presente e ativo (a) era o (a) jovem. Ressalta-se aqui o conceito

de desenvolvimento e aprendizagem por observação da matriz de identidade, dando seguimento à teoria dos papéis.

Moreno (1975) ao descrever a posição da criança no espaço social aponta que a classificação e relação que a criança faz com as pessoas e seu espaço se dá por um deslocamento de um organismo individual (criança) em relação a coisas, sujeitos, ou mesmo locais, que estão em seu torno no espaço. Deste modo é que a criança vai se desenvolvendo e relacionando-se com os afazeres, o desenvolvimento do papel de seus pais e com o próprio espaço que ocupa.

Sobre a aprendizagem, recorre-se novamente à teoria dos papéis afirmando que os papéis, em si, segundo Bustos (1982), estruturam os indivíduos em suas trocas e relações com o ambiente. A zona de interação entre o mundo e o indivíduo estrutura-se por meio dos papéis. Assim, ao realizar-se a relação com a influência e aprendizagem dos jovens entrevistados, compreende-se que, foram expostos desde cedo ao papel de trabalhadores rurais que os pais desempenhavam e, assim, por meio do treino de papéis (Role Taking) e do jogo de papéis (Role Playing) é que, primeiramente o indivíduo adota o papel pronto e estabelecido (agricultor(a)/trabalhador(a)) que obteve a partir de seus modelos disponíveis. Após, consegue jogar, ou seja, experimentar e desempenhar o papel com certo grau de liberdade.

E, em sua última fase da adoção e criação de papéis, o indivíduo cria no papel (Role Creating) permitindo alto grau de liberdade, explorando suas possibilidades de ação. Criar seu papel e desenvolvê-lo é o maior sinal da saúde mental dos indivíduos, é a observação, o treino e, finalmente, o desenvolvimento por completo do papel que aprendeu e que foi incentivado pela matriz e por seu meio a ser realizado.

Conforme esta teorização e conexão com o desenvolvimento rural e sucessão familiar, a seguir, serão apresentadas as concepções e entendimentos dos jovens sobre a sucessão. Este processo é considerado de extrema importância para que, a partir da visualização do entendimento dos jovens, perceba-se como os mesmos colocam-se e encaram este processo pelo qual estão passando.

4.3 SUCESSÃO FAMILIAR

Este tema foi elencado a fim de realizar um entendimento sobre o que cada jovem entende sobre sucessão familiar. Teoricamente a maioria dos entrevistados está passando por esse processo, deste modo é que esse tema se propõe a esboçar como e qual o entendimento

desse termo pelos jovens. Aliado a isto se inicia a discussão sobre saúde mental e suas nuances, compreendendo de que forma os aspectos de saúde envolvem-se na sucessão.

Muitos entenderam a questão “O que você entende sobre sucessão familiar?” como uma pergunta sobre estarem dispostos a sucessão ou não:

Eu... eu queria muito ficar né, na colônia. E eu queria sempre desenvolver a propriedade leiteira, isso também. Eu queria muito criar e desenvolver mais, fazer de modo um pouco mais diferente a produção leiteira, com o tempo eu quero chegar. É digamos um dos meus sonhos assim que eu queria (P25, M.).

Ah eu acredito que seja bom, porque a gente trabalha então entra o dinheiro, vive bem, produz o próprio alimento então acredito que seja bom, a gente não precisa se preocupar na questão de alimento e a gente cresce né, vai comprando, se desenvolvendo... aumentando a propriedade, sempre. (P27, M.).

As escolhas dos jovens dão-se pelo modo como vive e situa-se no mundo, pela maneira com a qual a matriz de identidade cunhou sua identidade psicossocial. A identidade psicossocial alia-se aos fatores biológicos, psicológicos e sociais que, influenciam e são influenciados pelas vivências dos sujeitos, corroborando nas suas decisões vivenciais (LESBAUPIN, 2010).

O processo sucessório, segundo Renk e Dorigon (2014) é entendido enquanto a transferência de patrimônio e poder entre gerações de uma família. Nesse sentido, os autores apontam que não há um planejamento sistemático, por parte dessa família, do modo de como se dará esse processo da sucessão, questões envolvendo produção agrícola familiar, tomada de decisão, organização da propriedade estão diretamente envolvidos, formando um novo (a) profissional agricultor (a).

Eu não sei se eu continuaria. Por minha parte... não sei. Acho que não.” (P1, F.).
“Eu não “tô” muito a fim de continuar na agricultura. (P3, M.).

Olha eu acho, penso que é eu continuar aqui. Tipo, herdar o que meus pais fizeram. Mas tipo, pra mim, isso eu não queria. (P12, M.).

As falas acima apresentadas retratam a recusa de alguns jovens em prosseguir a sucessão da propriedade. Conforme Renk e Dorigon (2014) ser ou não ser um jovem sucessor engloba diferentes inserções e interesses, desde relações familiares, econômicas e culturais. Entende-se, assim, que a decisão do jovem é permeada por seus vínculos, suas identificações, preocupações e relações de afeto.

Penha Nery (2003) discute vínculo e a afetividade e, corroborando a teoria dos papéis, relacionada diretamente às escolhas realizadas e verbalizadas pelos jovens, é possível realizar uma correlação, pois:

Vivemos os papéis sociais quando assumimos uma forma de funcionamento numa situação específica, em determinado momento. E, assim, damos uma resposta totalizadora ao ambiente, pois nessa resposta estão presentes os estímulos internos (cognição, história pessoal e afetividade), os estímulos externos (tipo vínculo, contexto, cultura e momento) [...]. Então, quando estabelecemos um vínculo social, tanto as funções de papéis como alguns aspectos do conjunto de papéis de nossa personalidade estão, de certa forma, disponíveis para serem exercidos (PENHA NERY, 2003, p.16,17).

A partir disso, pode-se concluir que a decisão dos jovens relaciona-se diretamente com identificação e desenvolvimento de papéis. Ou seja, há que se pensar o quanto cada jovem é e foi influenciado pela sua matriz, pelos seus papéis sociais e pela matriz sociocultural que está inserido, a desempenhar o papel de agricultor (a) ou, acaba por não desenvolver o papel, estando disposto a desenvolver papéis diferentes, abdicando da sucessão.

A relação entre a tomada de decisão e a saúde mental é estreita. Isto, pois para cada jovem, a situação da sucessão familiar está inscrita de uma forma diferente, de acordo com sua subjetividade. Porém, existem relações presentes semelhantes entre todos, como a relação familiar e social. Esses aspectos se interligam com a saúde mental no momento em que se pode realizar um panorama de características de saúde presentes no desenvolvimento da escolha de permanecer ou não no processo sucessório. As expressões de liberdade, de possibilidade de escolha, capacidade de agir de acordo com os papéis que deseja desempenhar, assumir e viver de forma espontânea são afirmados por Riquinho e Gerhardt (2015), como aspectos de saúde do modo de vida e seus reflexos no comportamento. Segundo as autoras, embasadas em Helman (2003), acredita-se que viver com bons sentimentos, humor, contentamento, entre outros, influencia o estado de saúde, podendo evitar doenças e/ou sofrimentos.

Enquanto alguns apontaram não querer dar seguimento às atividades, outros já estavam dispostos a continuar e/ou possuíam entendimento de que os irmãos continuariam, reconhecendo o investimento e trabalho dos pais e, evitando que seja “perdido”:

Com certeza nós vamos dar seguimento [...] mas a gente vai dar continuidade sim. Com certeza, não vamos deixar se perder o que a gente tem né. (P4, M.).

Talvez meu irmão [...] queira continuar, seguindo né. Porque meu pai fez investimentos, e compra de equipamentos na agricultura. Eu acho que vai ter essa continuação por parte do meu irmão se ele não mudar de ideia. (P1, F.).

Passar de geração em geração. É isso que eu entendo assim, continuar o que teu pai e a tua mãe começaram. (P13, F.).

Que a gente vai ficar no lugar dos pais da gente algum dia.” (P16, M.).

Penso no meu irmão, porque ele sempre, acho que ele que vai ficar aqui no interior. Porque minha irmã já mora na cidade, eu pretendo também né, não sou muito fã do interior. Daí ele que vai tocar. (P14, F.)

Depois que meus pais não poder mais, daí eu continuar no meio rural assim, fazendo o que meus pais faziam sempre. (P15, M.).

Ah, o certo, no caso... Que nem o vô, o meu biso passou pro vô, o vô passou pro pai e no caso o pai passaria pra nós né. Mas agora não sei, talvez um dia a gente vai ficar lá mas, ficar com a roça ou alugar. A gente não sabe direito ainda né. E o mano já não “tá” mais em casa também, não é nada certo ainda de ... Gostar eu até gostaria de ajudar. (P18, M.).

De seguir cuidando e melhorando, e fazendo a diferença aqui no, na nossa propriedade, eu acho que quem vai fazer isso é a minha irmã [...]porque ela também vai ficar aqui ajudando, se não a gente teria que pensar de alguma outra maneira, porque, isso aqui demorou muito tempo pra chegar do jeito que está, tipo, se conquistado tantas coisas. (P22, M.).

Entende-se, pelos relatos de cada jovem, que há uma predestinação à sucessão, ou seja, alguém precisa e deve dar continuidade, “tocar” a propriedade, para que o que os pais construíram não seja perdido. Pode-se considerar como um destino para o (a) jovem: dar seguimento ao que os pais começaram e, assim, sucessivamente. Para Renk e Dorigon (2014), os jovens que se reconhecem como sucessores tem um discurso carregado de caráter moral, expressando um compromisso com a unidade familiar. Neste caso, não precisando ser necessariamente o jovem que foi entrevistado, o sucessor, mas obtendo a certeza de que alguém dará continuidade.

A partir disso, algumas questões implícitas podem estar presentes, como os desejos e expectativas da matriz com relação a este sujeito (LESBAUPIN, 2010). Desta forma, muitas vezes a sucessão pode ser considerada enquanto compromisso e destino familiar (RENK; DORIGON, 2014), ao passo que os pais introjetaram esse compromisso no jovem desde sua infância, contribuindo para o desenvolvimento do papel de jovem agricultor (a) e identificação com o papel dos pais, com a propriedade e com suas atividades.

A identidade psicossocial do indivíduo é construída ao mesmo tempo em que o universo físico e o interindividual são construídos por ele e que ambas as construções se efetuam na contínua relação que o indivíduo mantém com o mundo (WESCHLER, 1998, p.105).

Corroborando a teoria dos papéis já citada, o papel, segundo Moreno (1975, p.27) é “[...] a forma de funcionamento que o indivíduo assume no momento específico em que reage

a uma situação específica, na qual outras pessoas ou objetos estão envolvidos”. O contrato familiar em que o jovem “assina” que será sucessor, diz de um papel que é uma unidade da cultura (RUBINI, 1995). Neste sentido, levam-se em consideração não somente as questões familiares, mas também sociais e individuais do jovem. Entende-se, deste modo, que há um “contrato de vida” com os pais, como uma meta-mensagem – implícita – impressa no discurso dos pais.

Para ilustrar essa situação, recorre-se aqui a Bruno Jean, sociólogo canadense, apresentado por Wanderley (2009) que descreve uma análise sobre transferências intergeracionais – destino/contrato de vida/meta-mensagem – como está denominando-se neste caso. Jean (2000⁴, *apud* Wanderley, 2009) retrata os estabelecimentos familiares em Québec, em duas linhas de entendimento: patrimonial e empresarial. A transmissão ocorre, na primeira linha, enquanto um negócio de relações entre os filhos e os agricultores (pais), subordinando as gerações dentro da manutenção da propriedade. Na segunda, há uma relação de negócio entre os pais e os filhos. O autor aponta que o insucesso da transferência, de modo que os agricultores tem dificuldade de se adaptar, afetando sua forma de produzir e viver social e familiarmente justificam-se pela tensão entre as relações.

Há que se considerar deste exemplo, não somente a dificuldade das relações, como também uma continuidade dentro de um modelo de Role Playing (jogar, reproduzir, copiar o papel) não havendo uma possibilidade de criação, de pensamento e/ou somente reprodução do que viu ser realizado durante seu desenvolvimento. Compreende-se, assim, que para que a reprodução social/sucessão ocorra de forma saudável, precisa-se haver a possibilidade de criação e que, mesmo que o contrato de vida seja cumprido, a tradição familiar seja continuada, os jovens precisam atuar enquanto atores sociais, construtores e interventores dos seus projetos de vida, incluindo a propriedade e a família (WANDERLEY, 2009).

Outros verbalizaram o seu entendimento sobre o que é sucessão:

Pra mim é dar sequência na atividade dentro da agricultura. (P2, M.).

Os filhos assumir um dia o negócio que foi dos pais, e assim por diante. (P6, M.).

Puxa a frente, vamos dizer, de tentar se esforçar, de se dedicar, de, é seria isso de, tentar dar o melhor pra continuar o que a família já te deu. (P9, M.).

⁴ JEAN, Bruno. Une nouvelle gouvernance territoriale pour accompagner la restructuration rurale: la mise em perspective des approches européenne, américaine et canadienne. In: CARRIER, Mario; CÔTÉ, Serge (Dir.). *Gouvernance et territoires ruraux. Éléments d'un débat sur la responsabilité du développement*. Coll. Sciences Régionales. Sainte-Foy, Presses de l'Université du Québec, 2000, p. 223-243.

Sucessão familiar seria eu dar continuidade na atividade agrícola no lugar dos meus pais (P10, F.).

Acho que é uma geração pra outra né, meu vô, meu pai e agora eu, e eu pros meus filhos, e assim por diante, eu acho que é isso, é um trabalho pra se ter essa sucessão então, não é simplesmente, pega aí filho e faz, tem que ter um, toda uma estrutura por trás, pra que teu filho tenha o que fazer também, tenha uma sustentação, pra consegui viver bem (P8, M.).

Me vem na cabeça progredir, vem na cabeça uma base de linha maior, crescer, desenvolvimento eu acho, tecnologia, desenvolvimento, crescer, acho que basicamente isso. (P23, M.).

É importante saber como os jovens entendem a sucessão familiar. Muitos, por vezes, podem passar por essa fase e ela ser geradora de confusão, isto, pois, com um entendimento equivocado, dificulta a passagem e a clareza sobre a tomada de decisão. Aliado a isso, encontram-se os fatores citados anteriormente, que dizem de um contrato e compromisso familiar, por assim dizer. Deste modo, Lesbaupin (2010) afirma que, para que ocorra uma tomada de decisão saudável, o jovem precisa ter conhecimento de si mesmo, dos seus sentimentos, dos seus potenciais, suas dificuldades e da própria juventude, havendo uma relação do jovem com a fase pela qual está passando.

Moreno (1975) aponta que, o entendimento dos papéis, do contexto e da matriz de identidade – associa-se aqui o entendimento sobre a sucessão familiar – representam aspectos tangíveis do sujeito, entendendo quais os modelos de existência e compreensão que cada jovem possui de sua vida e do planejamento sobre si – caracterizando-se enquanto importante fator de saúde mental.

Ao elucidar saúde mental, não se consideram doenças mentais e, sim, um processo de saúde psíquica. No psicodrama, além da Teoria dos Papéis e Matriz de Identidade, Moreno (1975) desenvolve o conceito de Espontaneidade e Criatividade. Espontaneidade é o grau variável de respostas adequadas em uma situação nova ou novas respostas a situações já vivenciadas e, a Criatividade implica nessa possibilidade de modificação de uma situação já vivenciada ou estabelecer uma nova resposta a uma não vivenciada. A espontaneidade, segundo Moreno (1975) está imbricada na criatividade, uma permitindo a outra a sua existência e, conseqüentemente o desenvolvimento do sujeito.

Essa definição integra aspectos psicológicos e sociais que, relacionando aos aspectos aqui apresentados, consideram também questões de identidade, autoconhecimento, desenvolvimento psicossocial, desempenho de papéis e relações com a matriz de identidade. Fonseca (2008) descreve que Moreno aponta toda a criança enquanto detentora de inúmeras potencialidades que, por determinados motivos, acabam não sendo liberadas e/ou

desenvolvidas no decorrer da vida. Esses motivos são denominados conservas culturais, objetos, usos, costumes, cultura, preceitos éticos e morais de uma sociedade, que moldam e impedem o desenvolvimento saudável de um indivíduo (MORENO, 1975).

A espontaneidade é fator essencial na vida dos indivíduos, é fundamental para a adaptação ao ambiente, obtendo e ampliando suas liberdades, sendo potencialmente exercidas e desenvolvidas na matriz sociocultural em que vive. É preciso considerar não somente a matriz de identidade, como também a matriz sociocultural, onde a matriz de identidade está inserida e é desenvolvida (FONSECA, 2000).

Segundo Gonçalves, Wolff e Almeida (1988) o desenvolvimento da espontaneidade e criatividade pode ser afetado, durante a vida, de forma afetiva-emocional e de forma social. Deste modo é que a compreensão do momento que o jovem rural está vivendo, bem como o entendimento da sua capacidade espontânea criativa, leva ao entendimento do nível de saúde mental que este jovem possui. O jovem rural encontra-se inundado no ambiente familiar e em uma sociedade que lhe molda e lhe dá preceitos e valores morais, construindo assim o seu papel de agricultor (a) ou o repelindo, não ocorrendo a identificação com o papel.

O entendimento dos jovens sobre sucessão familiar colabora com uma tomada de consciência de papéis e de procedimentos relacionais e sentimentos envolvidos nesse processo (LESBAUPIN, 2010). Morais (2008) aponta que saúde é vista enquanto expressão social e individual, considerando-se o contexto sociocultural, atitudes e legitimação do estado do indivíduo, além disso, considera-se, enquanto fator de saúde, a vivência pessoal e, colaborando à visão de Lesbaupin (2010), uma reorganização estrutural do ser, a possibilidade de dar novos significados e dar novos sentidos às situações vivenciais.

Toda esta discussão sobre saúde engloba aspectos biopsicossociais. Ao relacionar-se diretamente com a sucessão familiar, Anjos e Caldas (2009) apontam que, por vezes, o tema sucessão não possui merecido destaque e/ou estudo no âmbito das formas familiares de produção. Isto, pois, apresenta uma natureza enigmática, de diferentes configurações familiares, diversas problemáticas relacionadas aos jovens, suas famílias e seus múltiplos arranjos. Estes aspectos apresentados pelos autores são perpassados pelos aspectos biopsicossociais, devendo ser levados em conta quando se trata de sucessão familiar.

Um exemplo claro da presença de diversos fatores presentes na sucessão, é um dos jovens verbalizando sobre a questão do êxodo e da sucessão familiar, de forma coletiva:

Muito jovem não quer ficar na roça por causa que não tem aquela liberdade no final de semana, esse é meu ponto de vista que eu acho que mais, que muita gente muito jovem não fica por causa disso. Mas olha eu não vejo problema, sempre o

meu sonho foi de ficar né, e assim ó, no meu ponto de vista, a gente que assiste televisão, internet e coisa, acho que o jovem que ficar na agricultura futuramente vai se dar bem. Porque esses dias saiu até uma pesquisa no canal rural acho que eu assisti, que seis famílias por dia saem do interior e vão pra cidade. E, alguém vai ter que produzir né. E essas pessoas que produzirem, no meu ponto de vista, vão se dar bem na vida né. (P24, M.).

Evidencia-se o sentimento de dever coletivo do jovem, novamente trazendo à tona o fato de que alguém da família deve ficar no campo. Essa continuidade reflete também a produção e trabalho sendo modernizados e, o conforto e facilidades do urbano sendo trazidas e podendo ser acessadas no rural, como internet, televisão, entre outros.

Renk e Dorigon (2014) afirmam que, com base nos dados obtidos em suas pesquisas com jovens no estado de Santa Catarina, para que a migração dos jovens seja evitada, são necessárias estratégias que integrem sociedade, jovem e família, que atinjam vários aspectos ligados à matriz sociocultural do jovem. A matriz sociocultural é levada em consideração, justamente por ser nela que o jovem, ao decidir ficar, estará inserido, necessitando assim de um sentimento de valorização pela matriz de identidade e também pela sociocultural, havendo sentimento de utilidade e importância.

Considera-se, neste momento, a caracterização de um jovem saudável, obtendo conhecimento sobre si próprio e sobre sua matriz, distinguindo os aspectos familiares ou não, aspectos que recebeu da matriz e pretende tomar para si ou deixar de lado. O jovem sentindo-se semelhante e distinto das suas relações, é a conquista de uma identidade autônoma, que leva em consideração aquilo que obteve da matriz, mas sabe construir suas relações próprias e ser seguro de suas escolhas (LESBAUPIN, 2010).

Não cabe aqui apontar a importância de ficar ou sair do meio rural. Mas sim, realizar um entendimento das questões que permeiam a saúde mental dos jovens, pois, a julgar pela complexidade da fase pela qual estão passando e, levando em consideração questões familiares e sociais, cada jovem irá reagir de maneira diferenciada em relação ao desempenho dos papéis, seja ele na agricultura ou não. Assim, é preciso entender e atentar para os sentimentos e reações dos jovens nesse período, a próxima categoria explanará este tema.

4.4 SENTIMENTOS SOBRE A DECISÃO DE FICAR OU SAIR

Por meio deste tema propõem-se analisar os sentimentos sobre a sucessão familiar, sentidos pelos jovens entrevistados. Cada jovem foi questionado sobre como é o processo da

sucessão e como se sentia ao falar sobre o assunto com os pais e, se surgiam, durante esse processo, alguns sentimentos como medo, ansiedade, tristeza.

Eu gosto de morar aqui pelo fato de ai, de tu ter liberdade, segurança, de tu... mas eu acho que eu não quero. Acho que eles estão cientes. Mas claro, não vai ser de hoje pra amanhã que eu vou fazer isso né. Acho que eles estão cientes de que eu vou sair de casa. Eu acho que também não é tão tranquilo assim né. Mas eu acho que eles sabem que eu não vou ficar a vida inteira morando com eles né. (P1, F.)

Acho que eles sabem que eu não quero ficar aqui. Acho que sabem, não tem problema. Eu pretendo morar na cidade, eu quero me formar em veterinária, de animais de grande porte – vacas, cavalos - né, daí eu pretendo morar na cidade mesmo. (P1, F.).

Sobressai-se, nas verbalizações acima, uma suposição sobre o pensamento dos pais de que as jovens, por determinação de sua matriz sociocultural, devem sair da casa dos pais e supõe que os mesmos tenham a clareza de que ela não ficará. Todavia, uma das jovens ainda aponta as vantagens de estar no rural e, outra, mesmo não querendo permanecer no rural, aponta a vontade de trabalhar com animais de grande porte, sugerindo a aproximação com o rural.

De acordo com Rubini (1995), conforme os papéis vão se desenvolvendo no indivíduo, uma recíproca e certa expectativa de papéis está presente nos parceiros deste processo – neste caso, a própria família – criando bases para um intercâmbio futuro de papéis entre o sujeito e outras pessoas. Ocorre, aqui, o que Moreno (1975) denomina de apego afetivo, seja com pessoas, ações, histórias, locais, havendo um impulso de permanecer em sua volta ou, retornar à elas. Isso retrata a base das questões emocionais aprendidas durante o desenvolvimento do sujeito em torno de sua matriz de identidade.

A matriz de identidade, segundo Moreno (1975), consiste em um primeiro processo de aprendizagem emocional. O modo com o qual a criança vai se desenvolvendo no mundo é reflexo daquilo que visualizou/sentiu/captou da sua matriz de identidade. São fatores ambientais, psicológico-sociais, que, segundo Fonseca (2008) aliam-se aos fatores hereditários e, por consequência, determinarão como ocorrerá e se dará o desenvolvimento do jovem/adulto no mundo e suas relações.

Não há um consenso em relação ao gênero, sobre a vontade de sair da propriedade dos pais. Não se pode afirmar, na presente dissertação, que só mulheres ou homens apresentam essa ideia. Isto, pois a opinião dos jovens mostrou-se dividida, juntamente com uma dúvida sobre ficar ou sair do meio rural. Esta dúvida sobre o assunto e a preocupação dos jovens quanto a essa decisão, foram respostas recorrentes dos jovens:

Eu não sei muito, se eu prefiro continuar, ou estudar, ou arrumar um emprego na cidade, não sei certo, o que eu quero ainda. Eu nem falo muito, muito pouco eu falo. (P5, M.).

Decidi, decidi, ainda não. Eu não digo que vou ficar nem que vou sair. Se eu conseguir um emprego eu saio, mas eu vou ficar morando aqui né. (P19, M.).

Eles⁵ sempre me perguntam o que eu vou fazer, se eu quero ficar ou ir pra cidade e daí eu falo que não sei, que estou na dúvida ainda. Eles também ficam meio assim, com um pouco de preocupação porque eu não sei o que fazer, é um pouco de insegurança eu acho. (P15, M.).

Acima, a dúvida é constante, mostrou-se presente na fala dos jovens, nas expressões com que cada um demonstrava ao ser questionado sobre o assunto. Aparentavam uma confusão quanto a essa decisão e uma fuga, falando rápido sobre o assunto, não relatando maiores detalhes.

Reitera-se aqui a presença da dúvida não somente na presente pesquisa, mas em outras, como a de Wanderley (2007⁶, *apud* CARNEIRO; CASTRO, 2007) no ano de 2002, com 615 jovens no estado de Pernambuco. A autora chama a atenção, em seus resultados, para 184 jovens que não souberam responder, estavam em dúvida.

Kummer e Colognese (2013) realizam um percorrido teórico sobre as concepções de pesquisas sobre juventude rural e apontam que, na família há uma dicotomia, pois ao mesmo tempo em que é o refúgio dos jovens, é também nela que vivenciam tensões e problemáticas a respeito da decisão de ficar ou sair do campo. Reitera-se a dúvida, então, entre seguir um projeto de vida individual e autônomo, ou, de prosseguir o compromisso com a família. Deste modo, os autores apontam que:

A juventude rural, por meio de suas significativas variáveis inscreve-se, de forma inexorável a ordem de discussão da atualidade. Discussões pertinentes porque necessárias e talvez, urgentes. Ficar ou partir? Este é um dilema cujos resultados permanecem desequilibrados e pouco compreendidos. [...] Entre ficar e partir atuam muitas variáveis. Mesmo por que, partir ou ficar não são alternativas sem volta. São apenas possibilidades reatualizadas a cada ponto da trajetória destes jovens rurais (KUMMER; COLOGNESE, 2013, p.217).

Boa parte de pesquisas realizadas com a juventude rural, como a de Siqueira (2004) pesquisando a sucessão e suas transversalidades, não deram ao jovem participante a possibilidade de expressar sua dúvida. Isto, pois, nos questionários aplicados, por exemplo,

⁵ Refere-se aos pais.

⁶ WANDERLEY, M. N. B. **Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro.** Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 21-34, 2007.

nas cidades de Candelária e Santo Cristo, possuíam possibilidades de respostas somente enquanto “sim” e “não”. Deste modo, entende-se que, se o jovem entrevistado tivesse alguma dúvida e/ou sentimentos de insegurança sobre o tema pesquisado – continuidade na agricultura, relação com os pais – não poderia expressá-la de forma clara.

Essas pesquisas aparentam a despreocupação com essa possibilidade de dúvida, de insegurança, incerteza e da relevância dos sentimentos na decisão de sair ou ficar no campo. Como Kummer e Colognese (2013) apontam, neste entremeio, existem inúmeras, várias, muitas variáveis e, uma delas, podendo ser a mais relevante, são os sentimentos e os fatores de saúde mental envolvendo a sucessão familiar.

A insegurança e a tristeza ficam claramente expressas abaixo:

É.. Ruim, sei lá, mas não é, é uma coisa que eu queira e eles entendem isso sabe. Mas, sei lá, é meio triste, não é a palavra certa mas, tipo por ter alguém. Porque meus pais investem aqui e depois talvez não vá ter alguém que vai continuar aqui. Só fico triste e preocupada assim. É uma coisa também que a gente não sabe do futuro né, tipo, um dia meus pais não vão mais ficar aqui, vão provavelmente pra cidade ou pra um lugar que não tenha tudo isso aqui, que eles fazem aqui. Então a gente não sabe o que vai acontecer. (P16, F.).

Evidencia-se a importância que se dá ao trabalho dos pais, a preocupação com a possibilidade de estar decepcionando, ou até mesmo, traindo os pais. Sarti (2009) em sua pesquisa realiza um estudo sobre a família como espelho e moral dos pobres e, em análise, acaba por haver uma grande semelhança com as questões presentes na família no meio rural. A semelhança encontra-se sobre a referência e moral familiar, enquadrando-se com a questão da preocupação com a devoção aos pais. Em Sarti (2009), a autora referencia haver uma palavra empenhada, um código de honra familiar. A família, deste modo, passa a ser uma linguagem, onde se transcreve o mundo e suas possibilidades de vivências.

Muitas vezes, como pode se perceber a seguir, há o pensamento ambivalente sobre tomar sua decisão e permanecer ou não na agricultura:

Eu acho legal ficar no meio rural só que a gente não tem muita, como é que diz, muita oportunidade aqui também sabe, daí mesmo que o governo não está ajudando a gente de ficar na agricultura né, porque meu Deus, esse preço de tudo que “tá”. (P4, M.)

Às vezes me dá vontade, e as vezes não, assim , porque eu vejo muito ainda essa questão que, o jovem da agricultura não é valorizado, então pra ele tem muito preconceito ainda né, na sociedade parece que se tira, não tem tanto direito que nem os outros. (P20, M.).

Também, ao falar-se sobre os sentimentos, assuntos delicados surgiram, como o pedido dos pais para que a jovem saísse de casa para trabalhar e ter condições melhores e, a mudança de pensamento conforme a juventude foi desenvolvendo-se:

“Com dezesseis anos eu não queria ficar no interior, eu queria vir pra cidade e sair de lá o quanto antes. E daí eu vim [...] eu estava num emprego que eu não gostava muito e eu queria retornar pra casa. Porque eu vi que a minha visão de dezesseis anos não era aquela realidade que eu imaginava. E depois, quando estava no interior e queria vir pra cidade, e a nossa situação financeira mesmo não estava tão boa por causa do preço do leite e eu queria muito ficar lá. E foi difícil pra mim falar assim, todos nós choramos, mas o pai disse: pega e vai que agora no momento é o melhor pra ti. Eles sabiam que seria uma experiência boa lá na secretaria da agricultura, e agora veio a oportunidade de trabalhar aqui no sindicato. Mas eu penso um dia assim, quando tudo ficar bem financeiramente lá em casa, talvez um dia voltar. (P8, F.).

É evidente, deste modo, a insegurança de renda no rural e a oportunidade de um ganho fixo na cidade. Aparentando ser este, o principal motivo da jovem ainda não ter retornado à propriedade dos pais, pois estuda em outra cidade e necessita da renda fixa para custear sua graduação. Durante as entrevistas realizadas, além desta jovem acima citada, outra jovem também verbalizou sobre sua opinião ter sido modificada conforme a tecnologia foi avançando e acostumou-se:

Há um tempo atrás eu queria muito ir pra cidade. Não conseguia me imaginar ficar aqui. Mas agora, como está tudo se tornando mais fácil né, tipo, tem mais tecnologias e coisa. Eu acho que tem 50% de chance de eu ficar, que eu até gosto. Quando eu pensava e falava que eu queria morar pra cidade, trabalhar na cidade, meus pais sempre foram contra sabe, a mãe até apoiava mas o pai, tipo, não tinha nem chance de eu ir trabalhar pra cidade. Tinha que ficar no interior, e ajudar aqui. Mas agora, tipo, a gente se acostuma, e agora eu gosto disso tudo. (P6, F.).

Claramente, percebe-se no relato acima que a posição paterna gera influência na decisão da jovem. Após a entrevista realizada com a jovem, o pai perguntou à pesquisadora qual era a ideia dela, dizendo que se sentia muito preocupado com ela, pois quer que a mesma permaneça, afirmando que busca proporcionar melhores condições para ela no meio rural. Compreende-se, assim, o quão influente é a opinião paterna, contudo, ao mesmo tempo, promove na filha a abertura de uma possibilidade de descobrir o que gosta e, com as facilidades e tecnologia proporcionadas, acaba fazendo com que parte de sua vontade seja a de permanecer.

Os assuntos delicados foram bastante tratados pelos jovens, por exemplo, o relato do jovem a seguir, que descreve um problema familiar tanto consigo, quanto com seu irmão,

percebe-se, além do diálogo conturbado, a vontade do jovem de permanecer mesmo contra a vontade dos pais:

Eu estou bem indeciso, é bom trabalhar aqui, eu gosto, mas principalmente a mãe quer que eu arrume um emprego na cidade, falam que agricultura não dá dinheiro e tal. Mas eu, a propósito, vou ficar até não dar mais, pra mim é tranquilo, não sei pra eles⁷ né. Mas eu não vejo um problema nisso, depende o dia a mãe solta as “pata”... tipo esses dias discutimos sobre dinheiro, eles falando que eu gasto demais, e eu tentava explicar o quanto que custaria se colocassem um funcionário no meu lugar, daí a mãe disse que se não estava bom era pra eu sair, que não fazia muita questão e que igual eu não fazia muita coisa na propriedade. Daí fica aquele clima né, meu irmão largou aqui por causa disso. (P12, M.).

Existe, aqui, uma tensão geracional. Esta é gerada pela discussão e entendimento sobre o uso do dinheiro obtido na propriedade. Na divisão do trabalho, em muitos casos não se discute sobre divisões, sobre o quanto guardar e o quanto gastar, o que acaba, como exemplificado na fala do jovem, causando conflitos e, no caso extremo, fazendo com que o jovem afaste-se da propriedade e trabalho familiar. Isto se dá, por suas concepções e vontades não serem iguais ou semelhantes às dos pais e, principalmente, por não haver diálogo suficiente para a resolução da situação e/ou designação e contrato sobre o trabalho desempenhado.

Aqui se realiza uma relação direta com a pesquisa de Handfield, Jean e Parent (2005) que examinaram alguns casos de sucessão familiar no Canadá. Os resultados mostraram que o abandono da sucessão familiar ante ou pós-decisão abrangem, em sua maioria, problemas relacionais. Esses problemas envolvem dificuldades de comunicação familiar, negociação profissional e problemas financeiros, que têm implicações diretas com relações afetivas e negócios familiares.

Uma percepção encontrada nas respostas dos jovens foi a da relação de preocupação com os pais. A jovem entrevistada aparentava estar mobilizada em seguir próxima aos pais:

Eu não penso por enquanto de ir embora. Claro que eu vou ter meu emprego né mas eu acredito que eu vou continuar morando aqui. Pra mim sair daqui, ou é levar os meus pais junto ou então eu vou ficar morando com eles né. Até porque agora eu estou com eles sozinha né, em casa, não tem mais, a irmã já foi pra Cinquentenário⁸, o irmão também. E agora por enquanto estou eu com eles né, então se eu sair daqui eu vou levar eles junto. (P4, F.).

⁷ Refere-se aos pais.

⁸ Refere-se à comunidade mais próxima, onde há mercado/banco/posto de gasolina, zona mais urbanizada.

A jovem acima também demonstra a preocupação com os pais e uma relação de cuidado, durante a entrevista a mãe participou em alguns momentos, notou-se uma expressão de alegria da mãe ao ouvir a filha falar sobre ficar e cuidar dos pais.

Outra opinião dos jovens foi sobre os pais deixarem livre a escolha, demonstravam a vontade de permanecer no rural, porém, levando em consideração sua opinião sobre a situação do jovem na agricultura:

Às vezes me dá vontade, e as vezes não, assim, porque eu vejo muito ainda essa questão que, o jovem da agricultura não é valorizado, então pra ele tem muito preconceito ainda né, na sociedade parece que se tira, não tem tanto direito que nem os outros. Ela - a mãe - sempre me falou, e se eu poder também quero leva ela sabe, só que vai depende dela também né, o que ela quiser mas ela sempre deixou livre a decisão, não é nada forçado, ó tu tem que ficar aqui ou tu não tem que fica, vai te seu futuro, se quiser trabalhar né, se dá um jeito de ir, acha alguma renda né, pra ti tira. (P20, M.).

Uma questão evidente foi a dos relacionamentos dos jovens entrevistados, um deles afirma ter vontade de permanecer, porém, a namorada trabalha na cidade e, isso gera a dúvida, se ela terá vontade de permanecer no interior junto a ele:

Eu, pra mim, ficava no interior. Mas aí, quanto tempo eu não sei né. Por causa que tem a minha namorada, trabalha na cidade. E daí sei lá, se ela viesse até pro interior, mas daí querer né, teria que ter daí, que nem eu te falei, uma lavoura maior, se não é ruim pra tirar renda. (P7, M.).

O jovem que tem certeza de que quer permanecer no rural, aparentemente possui uma função importante na propriedade, ao questionado sobre o diálogo com os pais, afirmou ser aberto e que os pais dependem da ajuda dele para que a propriedade se mantenha. Entende-se este movimento enquanto uma escolha própria, mas que atende aos desejos familiares e a continuidade da matriz.

É relevante analisar, neste momento, o processo do dever presente nos jovens entrevistados. Dever de filho (a), dever de jovem rural, dever de sucessor (a) da família. Há que se considerar uma marca geracional, imposta e “escrita” desde os antepassados de cada jovem, pois ficou evidente, durante as entrevistas, o quanto cada jovem possuía entendimento sobre o histórico familiar, sobre como a propriedade se constituiu.

Sempre tinha uma ideia de ficar assim, mas nunca era certo, como passar do tempo, que nem uns ano pra cá, daí eu venho ajudando mais e coisa, daí eu comecei a gostar mais ainda, daí eu resolvi ficar. (J9, M.).

Desde sempre já queria – ficar no rural - nunca tive muito interesse em seguir pra outra coisa. Eu vou incentivar meus filho a continuar nisso ai também, tipo, sei lá, pro futuro acho que vai ser importante né (P21, M.).

Também, outro ponto importante é dar sequência e ressaltar as vantagens que o rural oferece ao jovem:

Já que, que nem diz o outro “tamo” nesse ramo né e a ideia é continuar. Apesar que, diz o outro, que a agricultura não tá cem por cento né, mas ainda tá melhor que na cidade. Tipo, o custo de viver né é mais barato, na cidade desde um tempero tu tem que comprar né e aqui pelo menos tu tem uma galinha, um porco, um terneirinho (P24, M.).

Este mesmo jovem ainda afirma ter ido contra a vontade inicial de seus pais, que era a de que fosse para a cidade estudar, porém, ao conversar com os pais, seguiu na propriedade do avô e, fez dela modelo. Ao visitar a propriedade, a equipe do STR de Tuparendi e Porto Mauá ressaltou a importância da propriedade do jovem para a comunidade, sendo local de visitas técnicas e modelo para outras propriedades. Durante a pesquisa de campo, a propriedade foi visitada e, a história da mesma foi contada, sendo a propriedade dada pelo avô para o neto construir e desenvolver a suinocultura, a propriedade é de médio porte, porém, com bastante renda e dedicação do jovem.

O pai no começo era: ah não, vai estudar que eu me viro, estuda e depois um dia se tu quiser voltar. E a mãe queria que eu fizesse sempre uma faculdade [...] daí, assim ó, eu coloquei pra eles, disse: mãe tudo bem, faculdade, só que nem eu faço técnico hoje, já tem a base de tudo. Uma faculdade de veterinária [...] era cinco anos e longe né. E esses cinco anos que eu fico em casa quanto a mais nós não podemos aumentar. [...] depois que ele⁹ viu começar sabe, daí ele botou na cabeça a ideia e topou também né. E a mãe até hoje volta e meia ela comenta que “ah tinha que fazer uma faculdade”. Mas agora já não tem como né, e estão felizes, estão vendo resultado. E outra... estão vendo o filho crescer né, daí dá uma alegria.(P24, M.).

Há, por conseguinte, nesta verbalização do jovem, a possibilidade de dar orgulho aos pais, de poder deixá-los felizes. Os pais estavam na propriedade quando a entrevista foi realizada e, em conversa informal, relataram e demonstravam um orgulho e satisfação pelo que o filho construiu, ficando claro que o pai, atualmente, é quem auxilia o filho na propriedade, contrariando a maior parte de pesquisas e teorias que demonstram serem os pais que chefiam, enquanto os filhos somente estão na posição de auxílio.

Em relação ao apoio dos pais, um dos jovens entrevistados estava de folga da escola técnica agrícola que frequenta, possibilitando uma conversa sobre seu estudo e, sobre seus

⁹ Refere-se ao pai.

sentimentos em relação a isso, verbalizando que o pai valoriza o conhecimento que ele está adquirindo e dando margem para que ele possa ‘testar’ o que aprende:

Tem que um pouco conversar com o pai por causa de dinheiro, essas coisas, investimento né. E conversar pra ver se vai dar certo ou não, mas assim eles apoiam, agora desde que estou fazendo técnico que aprende alguma coisa nova, assim, até na lavoura tipo um produto alguma coisa assim, daí falo pro pai, daí ele fala vamos experimentar pelo menos um pedaço. Daí o pai deixa experimentar, e se deu certo fizemos em tudo e se não deu certo deixa pra trás.(P25, M.).

Isto representa um voto de confiança dos pais, deste modo, o jovem sente-se seguro e impulsionado a seguir o trabalho no campo, sabendo que tem o apoio dos pais e, conseqüentemente, sente-se pertencente, parte da família, da propriedade, do local.

Há, aqui, a possibilidade de negociação intergeracional, que as autoras Carneiro e Castro (2007) definem enquanto uma ampliação do campo de possibilidade de realização dos projetos dos jovens. Muitos, não havendo essa negociação, expressam uma recusa em assumir o lugar dos pais. Para os que querem e pretendem sair, uma das justificativas foi o incentivo dos pais para que saíssem do rural:

Tem mais meios de trabalho coisa, pra fora. Eles sabem, e me influenciam também, que eu tenho estudar, me formar, e ir pra fora trabalha, arrumar um emprego bom. (P17, F.).

Contudo, mostra-se claro o sentimento ambivalente da maioria dos jovens. De certo modo, contraria alguns estudos que afirmam que os jovens desejam sair do rural, porém, por outro lado, entende-se que essa ambivalência é gerada não somente pelas condições de trabalho e acesso ao rural, mas a possibilidade de ficar, justamente pela tecnologia que vem sendo ampliada e chegando a esses locais, como a possibilidade de dar continuidade, de ser o (a) sucessor (a).

A partir disso, consegue-se compreender que “[...] a dúvida entre ficar ou sair é uma questão estruturante [...]” (CARNEIRO; CASTRO, p.68). As autoras referem-se a essa estruturação explanando duas tensões a mais que o jovem rural possui no momento de pensar ou decidir o que vai fazer ou ser em sua vida. A primeira tensão fica em torno de “onde” quer fazer ou ser em sua vida, no campo ou na cidade e, a segunda, é relacionada à família, pois é uma relação singular e é sua unidade produtora/promotora.

Essas tensões são presentes e claras na decisão dos jovens. Ao deparar-se com as tensões e todos os aspectos que elas envolvem, muitos jovens podem estar em processo de sofrimento, angústia, ambigüidade, refletindo-se em seus comportamentos e pensamentos. A

partir do desempenho dos seus papéis no seu desenvolvimento, o jovem formula seu projeto de vida, operando conforme os papéis que a que foi sendo introduzido ao longo de sua vida é uma interação de estímulos e respostas (RUBINI, 1995).

Todo conflito, segundo Bustos (1982) é incorporado através dos papéis e de seus complementares, neste caso, do jovem e sua família, suas atividades, suas relações sociais/pessoais. O que acaba por ocorrer, desta forma, é a diminuição de respostas espontâneas, saudáveis mentalmente, ocasionando o aumento de ansiedade e/ou tristeza e preocupação.

Permeia nos jovens um aparente medo e tensão sobre o assunto, ressalta-se que, para a decisão e para conseguir lidar de forma saudável com a questão, devem-se levar em conta todos os aspectos presentes. Um deles e, com nível alto de importância, é a visibilidade, oportunidade e atuação política/econômica dos e para os jovens. Com isso, os jovens expressaram seu descontentamento com questões políticas e econômicas – a falta delas – para prosseguirem o trabalho no campo:

*Porque nada mais tem valor, leite, nada, nada mais valoriza. E tá difícil” (P3, M.).
“Ah é bem complicado por causa que o jeito que tá hoje a agricultura e, tipo, não tem nenhum incentivo pra gente ficar no interior e trabalhar. É bem complicado. (P19, M.).*

Alguns jovens, a partir do seu processo de desenvolvimento e aprendizagem social, explorado e analisado anteriormente, percebem e compreendem questões políticas, econômicas e sociais. Portanto, tendem a levar em consideração esses aspectos, justamente para revogar o preceito de alguns pais que afirmam “não querer que o filho passe o que passaram”.

Corroborando a essas questões, Carneiro e Castro (2007, p.75) apontam que “isso está relacionado com a autoestima, com ser agricultor (a) e ser valorizado por isso. A condição de participação remete a esse sentimento.” Ao se considerarem e se sentirem invisibilizados, os jovens tendem a sair e serem repelidos pelo rural. Porém, segundo as autoras, “Ainda existem jovens no campo e a maioria deles quer ficar” (CARNEIRO; CASTRO, 2007, p.75).

Associando-se à teoria dos papéis, considera-se que, no processo de desenvolvimento dos seres humanos e, conseqüentemente, dos seus papéis, há a formação do sujeito biopsicossocial. Isso se dá, primeiramente, a partir da experimentação do corpo, em uma dimensão fisiológica/corporal (denominados papéis psicossomáticos), o desenvolvimento da psique e da experimentação do seu eu e de sua identidade (papéis psicodramáticos) e, por fim,

a experimentação e contato com a realidade social, a sociedade (papéis sociais) (RUBINI, 1995).

Estes papéis constituem um ser biopsicossocial e, deste modo, possuem grande influência na decisão dos jovens. Desta forma, o modo como o indivíduo se relaciona com o mundo, com seus papéis e com sua matriz é que contribuirão para sua tomada de decisão. Carneiro e Castro (2007) ainda afirmam que ao ocorrer uma escolha do sucessor, ela geralmente é determinada por inúmeros fatores, como culturais ou situacionais, que permeiam a escolha.

Como visto, os jovens tenderão a permanecer e dar seguimento na propriedade e sentirem-se valorizados em seu papel. Ao passo que o jovem sente-se inserido na contemporaneidade, na matriz sociocultural, sente-se valorizado. Sendo assim, quanto mais o (a) jovem se sentir pertencente, empoderado e valorizado enquanto agricultor (a), acompanhando inovações tecnológicas na agricultura, sendo alvo de políticas públicas, seu papel se fortalece e a sucessão tende a ocorrer. A questão que fica, aqui, é a possibilidade de abertura e desenvolvimento do papel de agricultor (a).

Ainda sobre papéis, a próxima sessão demonstra como o papel feminino foi verbalizado e trazido à tona no questionário e também nas respostas dos jovens, apontando para a diferenciação da sucessão familiar entre homens e mulheres, divisão sexual do trabalho e invisibilidade do papel das mulheres. Assim, a discussão sobre o papel feminino envolvido na sucessão será realizada na categoria seguinte.

4.5 OS PAPÉIS FEMININOS ENVOLVIDOS NA SUCESSÃO

Nesta categoria, especificamente, um tema surgiu a fim de ilustrar as transversalidades que perpassam a juventude e o processo sucessório e, que possuem relação direta com os fatores de saúde mental, identidade e pertencimento do jovem no meio rural e sua tomada de decisão.

O tema discutido a seguir trata do papel feminino na família onde a sucessão está presente. Neste caso, não se tratam de meninas/moças/mulheres jovens sucessoras, mas sim, das relações que os (as) jovens sucessores (as) possuem com o papel feminino. Considera-se que, explanar o papel feminino na sucessão, na configuração que será apresentada e na conjuntura social atual, diz de relações e configurações familiares que complementam e apontam informações relevantes para o tema da sucessão familiar.

Inicialmente, traz-se uma conceituação de gênero relacionada aos papéis, escrita por Joan Scott (1989, p.07), onde “gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres”.

A definição de gênero também perpassa os estudos de Maciazeki-Gomes *et al.* (2016), que busca a definição e tomada de entendimento de gênero enquanto processo, sendo atravessado por experimentações do viver. E, desta forma, entendendo o modo de produzir-se mulher trabalhadora rural, dentro e entre múltiplas forças de relações, modos de vida e agenciamentos de cada mulher.

A questão sobre o tema foi abordada ao questionar se o (a) jovem percebia diferença entre o trabalho dos homens e das mulheres na propriedade. Em determinados momentos foi possível perceber a divisão do trabalho braçal, realizado pelo homem e, os afazeres da casa, realizado pela mulher, como por exemplo:

A minha mãe faz o trabalho de dona de casa e da horta, ela cuida da horta, dos bichinhos. E meu pai faz o trabalho mais braçal, tipo, tirar silagem, construção, de trator, essas coisas. É bem separado mesmo, assim. Mas dentro de casa [...] existe essa divisão mesmo. Mas tipo, quando precisa, às vezes os dois vão tirar leite. (P1, F.).

É, tem uma diferença, mulher vamos dizer, tem o serviço doméstico, minha mãe ajuda no leite lá, tira leite, já o homem ele é, ele pega um pouco mais pesado, é o cara que faz as coisas pesadas, então eu acho que nessa parte, essa é a diferença. (P8, M.).

Esses relatos iniciais demonstram claramente a divisão sexual do trabalho. Os sentimentos percebidos, pela pesquisadora – em si mesma – durante a realização desta pergunta, eram em primeiro momento, de frustração e, após, ansiedade e desejo de pesquisar mais sobre o tema do papel feminino e a buscas de possibilidades para as mulheres das localidades pesquisadas. Sabe-se que há, nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, oportunidades de formação e encontro de grupos de mulheres, porém, o que fica explícito na maioria das entrevistas, é que a mulher é vista enquanto aquela pessoa que ajuda, ajuda onde for preciso, especialmente tirando leite. Porém, o contrário não foi observado, os homens não ajudam nos afazeres domésticos, demonstrando assim, o lugar da mulher e do homem no trabalho rural.

As divisões sexuais do trabalho no meio rural estão presentes desde gerações anteriores. Deste modo é que se apresenta enquanto algo naturalizado, os jovens convivem e

desenvolvem-se observando a rotina de trabalho dos pais e acreditam que este seja o modelo ideal. Conforme Staduto, Souza e Nascimento (2015) ao discutirem gênero no rural, apontam que a inferioridade feminina e a superioridade masculina são expressas, no campo, por meio de práticas sociais, trabalhistas, leis e instituições, limitando os espaços e distribuindo funções e atividades de acordo com essa dicotomia.

Ademais, fica evidente o papel da mulher como dona de casa e que auxilia em outras atividades. Teoricamente, entende-se que, nas relações no rural fica emergente a questão da inferioridade feminina, isto, pois, a construção do novo papel feminino ainda está em processo. O papel feminino está deixando de ser somente dona de casa para ter seu lugar e seu papel enquanto produtora de alimentos (STADUTO; SOUZA; NASCIMENTO, 2015). Essa construção, por exemplo, fica explícita no momento que um jovem afirma que as ‘mulheres até fazem o trabalho dos homens’:

Não, única coisa que nós não trabalhamos é dentro de casa, a gente então não faz atividades domésticas dentro de casa, mas as mulheres trabalham fora que nem nós homens, então tiram leite, ajudam dar silagem, desde ajudar a plantar, elas ajudam. Ajudam em tudo. (P27, M.).

Destaca-se a verbalização “elas ajudam em tudo”, reafirmando a jornada múltipla de trabalho e, desenhando o modelo masculinizado da força de trabalho pesado e provedora de recursos. Em muitos momentos das respostas dadas pelos jovens, houve, por parte da pesquisadora, a vontade de questionar mais e, de certa forma, colocar em questionamento essa afirmação sobre ajudar, que o jovem descreve. Porém, destaca-se o quão enfático foi o jovem ao afirmar que as mulheres também trabalham fora, aparentando dar importância para este fazer.

Delineia-se, nesse caso, um lugar e um não lugar, ou seja, a mulher tem seu espaço na produção de alimentos, porém, o mesmo é tratado como uma “ajuda aos homens”, não sendo atribuído a elas um papel protagonista de agricultora. O que fica claro é que o papel de agricultora da mulher rural está sendo construído. Há o entendimento de que elas ajudam, fazem o trabalho dos homens, trabalham fora, além, é claro, de terem os afazeres domésticos e cuidados com a casa.

É nesse ponto da análise que se compreende que, a construção do papel inicia a partir do momento que ocorre o que se chama de Role Taking – treino do papel – passando ao Role Playing – jogo e experimentação do papel – para finalizar no Role Creating – criando o seu papel (RUBINI, 1995). As mulheres rurais, neste caso, estão passando pelas duas primeiras

fases, assim como os jovens, já apontadas anteriormente, pois, estão treinando seus papéis e experimentando-os, assumindo seu lugar e tomando para si as características e funções de agricultora.

Souza e Guedes (2016) realizam uma discussão acerca da divisão sexual do trabalho, afirmando que, mesmo que esteja flexibilizado, algumas atividades ainda são restritas às mulheres, reiterando a fala do jovem acima.

O relaxamento das fronteiras entre o mundo produtivo (homens) e reprodutivo (mulheres) tem contribuído com a possibilidade de as mulheres participarem do mundo produtivo, mas não reveste o afastamento dos homens do mundo doméstico. Acontece que, através desse fenômeno, o adensamento das mulheres nas fronteiras públicas não é acompanhado de uma revisão dos limites das responsabilidades privadas femininas. Isso significa que a esfera de reprodução da família como educação e demais cuidados continua, em grande medida, a cargo das mulheres (GUEDES; SOUZA, 2016, p.123).

O relaxamento dessas fronteiras que os autores se referem, aponta a construção do papel da mulher enquanto agricultora. Como Souza e Guedes (2016) apontam, há uma possibilidade de abertura da mulher para o mundo produtivo, porém, não há este mesmo movimento advindo dos homens, ou mesmo, o papel de agricultor está sobreposto, não possuindo um grau de espontaneidade-criatividade suficiente para que se possam quebrar as conservas culturais estabelecidas sobre a dominação masculina/patriarcal. Ilustra-se tal pensamento na resposta abaixo em que a jovem fala sobre a continuidade da propriedade: *“Mas acho que quem mais vai comandar vai ser o irmão. Porque ele, homem né” (P4, F.).*

Ao questionar mais sobre o tema, ela verbaliza que o irmão já tem, praticamente, o comando da propriedade e ela e a irmã se envolvem nas decisões, mas não no trabalho pesado que da lavoura: *“Eles têm mais força pra fazer o serviço mais pesado do que as mulheres né.” (P4, F.).*

Ressalta-se aqui, novamente, a divisão sexual do trabalho, onde o trabalho braçal e a força são características do trabalho do homem e, o trabalho de casa, é da mulher. Isso caracteriza uma segregação entre homens fortes e provedores e, mulheres cuidadoras e servidoras. Predomina aqui, a divisão de papéis que Pereira (2015) aponta em seu estudo teórico sobre gênero, afirmando que, no meio rural, tradicionalmente consideram-se os papéis reprodutivos e domésticos, os produtivos e mercantis e o comunitário, sendo a mulher associada ao primeiro conjunto destes papéis e o homem, ao segundo, podendo haver uma partilha do terceiro conjunto.

Contudo, ao se pensar na prática e nos relatos dos (as) jovens, vê-se que o papel desempenhado pelas mulheres está vinculado aos três conjuntos presentes acima e, que

claramente não é reconhecida como tal. Reitera-se então, a construção do papel citada inicialmente, onde há dificuldade dentro de uma possibilidade de mudança do papel da mulher e, conseqüentemente, do modo de inscrição da mesma no mundo familiar/rural/comunitário que está inserida.

É evidenciado, nas falas dos jovens, a jornada dupla, por vezes tripla e invisibilizada das mulheres dentro da propriedade:

É, na parte da agricultura a mãe ajuda às vezes também, só que não é, tão, tão intensivo, daí a mãe cuida mais em casa, vamos dizer que nem das vacas e coisa, daí tipo nós vamos mais agricultura, a mãe ajuda também daí, só que não é muito. (P9, M.).

Acho que tem um pouco de diferença tanto pela diferença de sexo e “coisarada”, mas acho que é cada um tem a sua, e seu jeito de trabalhar, sua função né. Ah, a mãe faz o serviço de dentro de casa e ajuda tanto lá fora também a mãe ajuda bastante e o pai trabalha mais pra fora assim, fora de casa. (P19, F.).

Fica claro que a mulher fica com o trabalho leiteiro e os afazeres da casa, enquanto os homens trabalham na agricultura e, por vezes ela os auxilia. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) estimou, no ano 2000, que as mulheres produziam cerca de 80% dos alimentos para consumo familiar em países em desenvolvimento e, representavam mais de 50% mundialmente. Esse dado deixa visível a importância das mulheres na produção e que, como se percebe nas entrevistas, não há o reconhecimento e/ou abertura de espaço para o papel.

Os autores Staduto, Souza e Nascimento (2015, p.12) apontam que:

O trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona de casa, que se superpõe na atividade agropecuária – principalmente na horta e no quintal. Essas atividades são majoritariamente exercidas pelas mulheres e marcam a diferenciação (STADUTO; SOUZA; NASCIMENTO, 2015, p.12).

Essa diferenciação e apresentação de uma rotina plural de trabalho são percebidas também nestes jovens:

E aqui se percebe muito a diferença nessa relação de trabalho de homem e mulher, porque a minha mãe cuida mais da parte dos animais e pequenas culturas, na lavoura geralmente não ajuda, raras vezes que dá uma mãozinha pra fazer algo rápido. (P10, M.).

É junto, mas na roça, a mãe fica mais perto de casa, porque problema de saúde ela tem né, então mais ao redor de casa, ã, leite é ela que ordenha, nós que tiramos os tarros mais pesados né, tem essa diferença assim né, mas ela vai na roça, vai junto acompanha, só não pega as vezes né, no trabalho, mas ela vai junto acompanhar. (P23, M.).

Muitos jovens também afirmavam, inicialmente, não haver diferença no trabalho de homens e mulheres. Contudo, ao irem contando o que era feito por cada um, davam-se conta da diferença, ou mesmo, demonstram com suas verbalizações a evidente divisão sexual do trabalho que ocorre nas propriedades rurais.

Na verdade, pensando bem, tem sim, o serviço mais pesado quem faz é sempre nós né. Sempre foi né. Mas se precisar fazer todo mundo faz né. Não tem... (P28, M.).

Eu acho que aqui em casa a gente não tem muito isso, porque, é... mas tem sim. Porque tanto nós, eu e a mãe, quanto ele¹⁰ fazemos quase a mesma coisa, só que ele passa tipo, a ureia e planta pasto nas roças e vai de trator por tudo. Eu e a mãe também sabemos dirigir trator só que a gente não sabe tipo, como que tem que passar a ureia e tal, a medida né. Isso fica pra ele. (P6, F.).

Ah no geral é todo mundo junto. Que nem, quando era, que tinha o vô e a vó né, a vó ajudava a tirar leite, fazia o serviço mais em casa, mas ela também ajudava a tirar leite, o vô tirava silagem, fazia as coisas, tratava os terneiros. Como era só o pai lá embaixo, os outros irmãos dele saíram, era mais os homens no caso, e quando precisava elas ajudavam, estavam juntos. (P18, F.).

Hernández (2009), em sua pesquisa sobre política de crédito para mulheres, afirma que uma complexidade permeia o meio rural. Posto que, ao mesmo tempo em que as mulheres rurais demandam uma visibilidade, reivindicando direitos, por meio de políticas de créditos ou mesmo nas relações familiares, deparam-se com uma matriz sociocultural que tende a descontinuar qualquer movimento de mudança e que está fortemente enraizada no rural, mantendo-as invisíveis, ou, irreconhecíveis no papel de mulher agricultora.

Em vista disso, contradizendo os exemplos citados, há ainda as propriedades que possuem o serviço compartilhado, as que são chefiadas por mulheres, onde há pouca ou nenhuma divisão sexual do trabalho:

Ah diferença não tem, porque o meu pai ajuda a fazer bolacha, faz pão, faz tudo. Então aqui é, cada um faz suas coisas, mas não tem diferença, tipo, ajuda a fazer massa, todo mundo trabalha junto, unido. (P26, F.).

No relato a seguir, a jovem, sua mãe, sua irmã, tia e avó são quem comandam a propriedade. A jovem afirma que possuem um casal de funcionários e que o homem somente é contratado para trabalhar com as máquinas agrícolas, pois o restante é feito e gerenciado pelas mulheres, possuem produção de grãos e suínos:

¹⁰ Refere-se ao pai.

Sempre é a minha mãe, a minha irmã que compra semente e tal, mas no início a gente via que tinha uma diferença sabe, mas a gente não se importava porque, não, não muda nada sabe, tipo a gente vê que não é uma diferença sabe, não tem o porquê ter essa diferença entre mulher e homem, mas a gente não, até porque digamos, minha mãe é que dá todas as instruções então, ela sabe muito mais, mas não tem uma coisa assim aí, porque é homem, porque é a mulher, não tem isso. (P21, F.).

Entendeu-se, durante a entrevista, que o papel destas mulheres se construiu a partir do momento que o homem – papel do patriarcado – não se encontra presente e então elas “tomaram as rédeas” da propriedade. Houve, assim, um espaço para que o papel de agricultora passasse por todas as fases de construção e, fosse consolidado. A partir disso, transcreve-se aqui a passagem do texto de Pereira (2015):

Hoje, em um mundo globalizado, conectado e estruturado em redes, onde a informação e conhecimento fluem rapidamente, e a tomada de consciência dos problemas dissemina-se espacialmente, tendendo a universalizar-se, ainda estamos em busca da “mulher rural nova”, expressão utilizada por Busard (1928)¹¹, em princípios do século XX, especialmente nas sociedades rurais dos países em vias de desenvolvimento, onde o patriarcado limita em grande medida qualquer atividade laboral, empresarial ou institucional da mulher rural que queira romper com os limites do papel social que a sociedade atribui (PEREIRA, 2015, p.38).

Assim, elucida-se que o modelo e matriz sociocultural permeado pelo patriarcado são claros exemplos de uma conserva cultural que cristaliza o papel e a espontaneidade feminina. Faz-se significativo, neste momento final, ressaltar aqui a visão de alguns jovens sobre o trabalho da mulher na propriedade:

[...] a mãe trabalhava, o pai trabalhava, claro a mãe um pouco menos porque tem o serviço de casa. Até eu achava demais, se for analisar, porque a mãe ajudava na roça, tirava leite, silagem e essas coisas é pesado de fazer né. Mas fazia igual e ainda fazia as coisas em casa, lavar roupa, fazer comida”. (P7, M.).

Eu sempre admirei os meus pais por causa disso, porque eles pegavam junto os dois sabe, [...], não tinha essa diferença ali em casa né, mas nos arredores dava pra perceber assim né, que ah, plantar é só o homem né, a mulher não pode ajudar, tem que ficar em casa tirando leite. (P20, M.).

Neste sentido observa-se que pequenas rupturas com o modelo de patriarcado estabelecido vêm acontecendo e, que ao abordar o fazer de homens e mulheres no rural por meio do relato dos jovens espera-se que a palavra, bem como a escuta possa despertar um estranhamento ao modelo naturalizado de divisão sexual do trabalho.

¹¹ Odette Busard – agrônoma francesa que escreveu sobre gênero e desenvolvimento, em 1906, defendendo que as necessidades básicas de gênero precisam ser atendidas (PEREIRA, 2015).

Assim, a ocorrência da criação e adaptação do papel de mulher agricultora poderá tomar forma, concretizando-se e abrindo espaço dentro de um modelo de agricultora que se apresenta, claramente nas falas dos jovens entrevistados, como patriarcal e julgando a posição masculina sobreposta à feminina. Entretanto, ainda percebem-se possibilidades, primeiramente, de construção e criação do papel da mulher agricultora e, segundo, da mudança de visão e entendimento dos homens sobre a relação vertical sobre papéis femininos e masculinos que ocorre no meio rural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática desta pesquisa se baseou na pergunta realizada inicialmente “*Quais as concepções sobre a sucessão familiar de jovens que vivem no meio rural na região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul? Quais as repercussões do processo sucessório para saúde mental dos jovens?*”. Nesse sentido, acredita-se que muitas problematizações e provocações no entorno dessas questões puderam ser realizadas a partir da escrita desta dissertação.

Sobre as problematizações e provocações, a primeira delas relaciona-se sobre como o entendimento sobre sucessão auxilia a entender o processo e como passar por ele; Isso é delineado quando os jovens respondem e entendem do que se trata o momento pelo qual estão passando, é possível visualizar não somente uma rede de entendimento, mas de relações que se estabelecem no rural. Por vezes, como visto nas entrevistas, jovens sabem que há a possibilidade, mas não se veem continuando justamente por terem um exemplo e verbalizações dos pais que “agricultura é muito difícil”, ou sentem-se isolados, longe de tecnologias e das facilidades do meio urbano. Outra discussão a ser disparada a partir da construção desta dissertação é o fato de que o diálogo e a possibilidade de abertura da família contribuem para a saúde mental dos jovens; A maioria dos jovens entrevistados afirmava não conversar muito com os pais sobre seus sentimentos e sobre sua decisão de sair ou ficar. Situações como essa dificultam e tornam o processo sucessório doloroso, causando por vezes sofrimento e dificuldade de visualizar um futuro no campo. A falta de diálogo e entendimento nas famílias rurais é um ponto importante a ser destacado, pois, com a falta disso, as relações ficam permeadas por contratos e combinações obscuras. Os contratos de vida estabelecidos de forma implícita pelos pais, por vezes se tornam uma obrigação e, podem levar os jovens a desistir da sucessão familiar.

Seguinte, entende-se com este estudo como a matriz de identidade e sociocultural possuem grande influência nas decisões a serem tomadas pelos jovens; leva-se em consideração, no entendimento e análise do processo sucessório, o quanto são influentes, tanto a matriz de identidade, como a matriz sociocultural. A sensação de valorização e pertencimento, muito abordada teoricamente, é presente nas falas dos jovens. A negociação intergeracional ocorre e pode ser mais bem desenvolvida dentro das famílias rurais. A abertura de possibilidades para que os jovens desenvolvam seus papéis de agricultores fica mais consolidada quando há este tipo de movimento.

E, tomando uma linha ainda de provocações nesta finalização, acrescenta-se que o desenvolvimento rural precisa dedicar olhares às famílias e saúde mental dos jovens sucessores; Esta dissertação permitiu apresentar um novo olhar sobre a sucessão familiar. O tema não é novo, não apresenta resultados que nunca haviam sido discutidos. Contudo, entende-se que, a discussão de um tema como a saúde mental dentro do desenvolvimento rural é extremamente pertinente. Isto, pois a sucessão familiar não é permeada apenas por questões de premeditação de comportamento, econômicas, políticas e ambientais. A sucessão familiar diz de, principalmente, relação familiar, abertura de vias de diálogo e discussão, expressão de sentimentos, assim sendo, de saúde mental. É proveitoso e carregado de importância quando se pode realizar este olhar biopsicossocial do qual esta dissertação se munuiu, para ampliar a visão da sucessão familiar e do momento de decisão do jovem do campo.

Por conseguinte, a união do psicodrama e do desenvolvimento rural possibilitou ampliar e dar uma visão mais humana sobre o processo sucessório; O psicodrama é um modo de ver os seres humanos em suas potências. Realizar a análise e utilizar o psicodrama como ferramenta, dentro do desenvolvimento rural, constitui uma barreira quebrada e um percurso a ser prosseguido. A interdisciplinaridade é peça chave neste momento, a união de temas e proposição de olhares em outros meios faz com que o desenvolvimento rural também possa ocorrer. Moreno acreditava que os sujeitos são seres sociais, seres em relação, e é disto que essa dissertação buscou tratar. Os conceitos utilizados de matriz de identidade e sociocultural, teoria dos papéis, espontaneidade-criatividade, conserva cultural, entre outros, foram base fundamental para compreender as relações e demandas de saúde mental dos jovens em processo sucessório. Assim, o ser humano é gênio em potencial. Moreno afirma e, é a partir desta ideia que a inserção de discussões mais humanas e despidas de conservas adentra ao desenvolvimento rural com a construção desta dissertação.

Esta dissertação também se propôs a cumprir um objetivo geral, que consistia em “Compreender as concepções sobre a sucessão familiar de jovens que vivem no meio rural e os fatores de sofrimento mental que esse processo envolve, na região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul”. Acredita-se que esse objetivo foi devidamente cumprido e, possibilidades maiores foram criadas a partir dele. Em geral, considera-se que a maioria dos jovens entrevistados sabe e consegue definir o que é sucessão familiar, colocando-se dentro desse processo e, mesmo não tendo tomado a decisão, abertos a pensar sobre o assunto.

Em relação ao sofrimento mental, fica evidente que poucos jovens possuem espaço para falar de seus sentimentos sobre a sucessão com os pais. A análise realizada em cima de

conceitos como a espontaneidade-criatividade e a matriz de identidade fornece um parâmetro de que estes dois aspectos precisam ainda de olhares e práticas. Isto, pois se entende que a partir do desenvolvimento da espontaneidade-criatividade dos jovens rurais, os mesmos poderão adquirir novas respostas e melhores condições psíquicas para responderem às adversidades e entenderem melhor o processo de sucessão familiar.

Dentro da matriz de identidade, a partir do momento que o jovem possui um papel ativo, e não somente de “auxílio” ou “empregado”, há mais condições do desenvolvimento do papel de agricultor (a), que poderá então, ser base para a continuidade da agricultura pelos jovens.

O que fica evidente a partir desta pesquisa é que a sucessão familiar é diferenciada entre homens e mulheres. Afirma-se isto enquanto conclusão, pois a partir da última categoria apresentada, foi possível compreender relações de desempenho de papéis femininos e masculinos. Sabe-se que, na sociedade atual, vêm havendo um crescimento e tomada do papel feminino, deste modo é que a provocação de discutir este tema com frequência no meio rural fica enquanto sugestão. As mulheres entrevistadas possuem maior dificuldade de dar seguimento à agricultura do que os homens. Sugere-se então, que instituições como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG), os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), bem como programas de pós-graduação interdisciplinares – como o PGDR, tenham em mãos a possibilidade de utilização desta pesquisa como disparadora de discussões e construção do papel da mulher agricultora.

As cidades de Tuparendi, Porto Mauá e Horizontina, na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, ainda necessitam ser alvo de mais pesquisas. Muitos jovens desta região ainda não foram ouvidos, ainda não tiveram a possibilidade de falar sobre o que sentem e como percebem a sucessão familiar. Contudo, a partir desta amostra, é indiscutível que, para haver a sucessão, precisa-se ter oportunidade e possibilidade da construção do papel de agricultor (a).

Com isso, é notável que o desafio de manter os jovens no campo continua. Os jovens precisam ter seus papéis de agricultores possibilitados, incentivados. Mesmo que não escolham ou não se identifiquem, essa via tem de ser aberta. Deste modo, a partir do psicodrama foi possível compreender como a matriz de identidade e sociocultural pode contribuir para esta abertura e, então, a possibilidade de haver a sucessão na agricultura familiar. Exemplos claros foram citados ao longo da pesquisa, de que havia a possibilidade, o incentivo. Por exemplo, a jovem que, antes de ter a produção leiteira mecanizada, não tinha

vontade de permanecer, porém, ao haver a modernização a sua chance, segundo ela, é de 50% para que siga a produção.

Outro exemplo é o jovem que, mesmo sabendo da expectativa dos pais em relação a cursar uma faculdade, fez o curso técnico em agropecuária e, a partir do auxílio e apoio dos pais, é hoje uma referência na produção de suínos na região. Ressalta-se que, não necessariamente os jovens precisem e tenham o dever de ficar no campo, porém, o que se percebeu foi a falta de abertura de caminhos para que eles possam ver, experimentar, analisar as possibilidades, sabendo que a alternativa de ficar no campo também pode ser rentável, prazerosa e, por vezes, melhor remunerada do que um trabalho na cidade, como muitos afirmaram.

Muitos sentimentos e sensações permearam a construção desta dissertação. Muitos deles, principalmente, em relação às possibilidades construídas, entendidas e analisadas ao longo da escrita. Como afirmado ainda na introdução, associar a psicologia ao desenvolvimento rural foi um desafio, é um desafio e, provavelmente, continuará sendo.

O que fica é o sentimento de “dá para fazer”, a sensação de que o trabalho interdisciplinar é a potência criadora, da qual Moreno tanto escreve. Ao escrever esta dissertação e passar pelo processo de “casar” duas teorias, uma imagem pode também descrever muitos sentimentos, deste modo, segue-se o que, visualmente, pode representar a construção desta dissertação:

Figura 2 - Desenvolvimento rural e psicodrama



Fonte: arquivo pessoal da autora (2019).

Esta dissertação é a própria reprodução da interdisciplinaridade, que na imagem acima é representada. Demonstra o quanto a união de temas e áreas de pesquisa podem proporcionar resultados instigantes, que possam dar alternativas e sugestões para que novas pesquisas nesse formato ainda surjam. Sugere-se, ainda, que dentro do programa de pós-graduação em desenvolvimento rural, uma porta maior possa ser aberta para o estudo de questões de saúde mental no meio rural. Essas questões, assim como as econômicas, ambientais e alimentares proporcionam sim, o desenvolvimento rural.

Deste modo, a partir destas inúmeras considerações e provocações ao finalizar esta dissertação, fica o aprendizado e o desenvolvimento da interdisciplinaridade. Fica, também, a valorização de temas como saúde mental e relações familiares no meio rural. E, por último, mas não menos importante, estudos sobre sucessão familiar e jovens rurais precisam ter em suas pautas questões relacionadas às apresentadas nesta pesquisa.

Compreender sentimentos, entender reações e relações fazem com que os indivíduos se sintam valorizados e ouvidos. Ter suas demandas e preocupações ouvidas e analisadas faz com que os jovens possam identificar-se e levar em consideração a possibilidade do desenvolvimento do papel de agricultores, culminando então, em menores taxas de êxodo rural e maiores possibilidades de que os jovens sejam o futuro da agricultura.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. São Paulo: Editora da UNESCO, 1998.

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO PESQUISA E EDUCAÇÃO – AREDE; COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PRÉ-TERRITÓRIO FRONTEIRA NOROESTE - CODETER. **Diagnóstico do Pré-Território Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**. Santa Rosa: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

BARCELLOS, S. B. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil**: atores e fluxos políticos nesse processo social. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BIASUS, F.; BRANCO, S. S. Representação social de meio urbano e meio rural de jovens residentes no meio rural. **Revista Perspectiva**, v. 37, n.140, p. 27-37, dez. 2013.

BORGES, J. **Pesquisa qualitativa em psicologia**. In: BORGES, J. L.; WINTER, L. E.; SOUZA, C. D. (org.). **Pesquisa em Psicologia**: pressupostos teóricos e metodológicos. Três de Maio: SETREM, 2013.

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p.112-121.

BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 26, p. 83-92, jun. 2006.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J. C.; CASTRO, E. G. (org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BUSTOS, D. M. **O psicodrama**: aplicações da técnica psicodramática. São Paulo: Ágora, 1982.

CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, p.179-208, 2009.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M. J. C.; CASTRO, E. G. (org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.53-78.

CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. *In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. (org.). 2005. Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 73- 87.

CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. *In: SILVA, J. G. da; STOLCKE, V. (org.). A questão agrária: Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CIRILO NETO, M.; DIMENSTEIN, M. Saúde mental em contextos rurais: o trabalho psicossocial em análise. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.37, n.2, p. 461-474, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS. **Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 – Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. 59ª Reunião Extraordinária. 2016.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003. (Princípios).

DALCIN, D.; TROIAN, A. Jovem no meio rural: a dicotomia entre sair e permanecer, um estudo de caso. *In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA*, 1., 2009, Curitiba. *Anais [...]*. Paraná: UFPR, 2009.

DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DELGADO, L. A. N. **História oral**: memória, tempo, identidades. São Paulo: Autêntica, 2006.

DOTTO, F. **Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar, no estado de Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco. 2011.

FONSECA, J. **Psicodrama da loucura**: correlações entre Buber e Moreno. 7. ed. São Paulo: Ágora, 2008.

FONSECA, J. **Psicoterapia da relação**. São Paulo: Ágora, 2000.

FRANTZ, T. R.; SILVA NETO, B. A Formação história dos sistemas agrários no Rio Grande do Sul. *In: SILVA NETO, B.; BASSO, D. (org.). Sistemas agrários do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora UNIJUI, 2015.

GERHARDT, T. E.; LOPES, M. J. M. **O rural e a saúde**: compartilhando teoria e método. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2015.

GHIGLIONE, R.; MATALON, B. **O inquérito**: teoria e prática. 3. ed. Portugal: Celta, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, C. S.; WOLFF, J. R.; ALMEIDA, W. C. **Lições de Psicodrama**: introdução ao pensamento de J. L. Moreno. 6. ed. São Paulo: Ágora, 1988.

HANFIELD, M.; JEAN, B.; PARENT, D. L'insuccès de la transmission de la ferme familiale: perspectives parentales. *In: JEAN, B.; LAFONTAINE, D. (org.). Territoires et fonctions*. Québec: GRIDEQ, 2005. p.189-203.

HOLLANDA, A. B. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. São Paulo: Positivo, 2010.

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. Juventude rural no Brasil: entre ficar ou partir. **Revista Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, p. 201-220, 2013.

LESBAUPIN, S. F. Adolescente X adulto jovem: o que os diferencia? **Revista Brasileira de Psicodrama**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 43-56, 2010.

MACIAZEKI-GOMES, R. C. *et al.* Participação política e subjetividade: narrativas de trabalhadoras rurais do sul do Brasil. **Revista Psico**, v. 47, n. 2, p.148-158, 2016.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 37, n. 18, p. 130-151, 2016.

MEJIA, M. R. G. Territórios e direitos humanos dos jovens no interior do Rio Grande do Sul. **Revista Signos**, v.2. p. 147-161. 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.

MELLO, M. A. *et al.* Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 50, n.1. 11-24. 2003.

MONTEIRO, J. C. **O processo de trabalho e o desencadeamento dos agravos à saúde dos trabalhadores rurais: um estudo ergonômico na agricultura familiar em Santa Catarina**. 2004. Tese (Doutorado em Eng. de Produção e Sistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MORAIS, C. A. **Saúde, doença mental e serviços de saúde na visão de adolescentes e seus cuidadores**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

MORENO, J. L. **Psicodrama**. São Paulo: Cultrix, 1975.

PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. Influências na decisão do jovem trabalhador rural: partir ou ficar no campo. **Revista Desenvolvimento em Questão**, v.12, n.27, p.264-297, 2014.

PENHA NERY, M. **Vínculo e Afetividade: caminho das relações humanas**. São Paulo: Ágora, 2003.

RENK, A.; DORIGON, C. **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014.

RIQUINHO, D. L.; GERHARDT, T. E. Caminhos metodológicos de pesquisa: aproximações compartilhadas da realidade. *In: GERHARDT, T. E.; LOPES, M. J. M. (org.). O rural e a saúde: compartilhando teoria e método*. Porto Alegre: Editora UFRGS. 2015. p. 129-153.

ROESE, A. *et al.* Diário de campo: construção e utilização em pesquisas científicas. **Brazilian Journal of Nursing**, v. 5, n. 3, 2006.

ROSAS, E. N. L. Do campo para a cidade: saindo para ficar. *In*: CARNEIRO, M. J. C.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 183-196.

RUBINI, C. O Conceito de papel no Psicodrama. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 3, n.1, p. 45-62, 1995.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHNEIDER, S. **Agricultura e trabalho infantil**: uma apreciação crítica do estudo da OIT. Porto Alegre: Instituto de Formação Sindical Irmão Miguel, Fetag-RS, 2005. (Documentos, 1).

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v.15, n.2, 1990.

SILVA, V. H.; DIMENSTEIN, M.; LEITE, J. F. O cuidado em saúde mental em zonas rurais. **Revista Mental**, v.10, n.19, p.267-285, 2013.

SILVA, E. R. A.; BOTELHO, R. U. **dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2016.

SIQUEIRA, L. H. S. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SPANVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SOUZA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Revista Estudos Avançados**, v.30, n. 87, p.123-139, 2016.

STADUTO, J. A. R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A. **Desenvolvimento rural e gênero**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

TEIXEIRA, E. S.; LORENZON, G. S. Saúde mental e trabalho: um estudo com agricultores orgânicos no sudoeste do Paraná. **Revista Grifos**, v.38, n. 39, p.179-197, 2015.

WANDERLEY, M. N. B. **O Mundo rural como espaço de vida**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas**: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Recife: UFPE, 2000.

WEIHSHEIMER, N. A situação juvenil na agricultura familiar. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WEIHSHEIMER, N. Sobre a situação juvenil na agricultura familiar gaúcha. **Bahia Análise de Dados**, v. 21, n. 1, p. 177-193, 2011.

WESCHLER, M. P. F. A matriz de identidade numa perspectiva construtivista: Lócus da construção de conhecimento. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 5, n. 1, p.21-28. 1998.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul sitiados no Nordeste. São Paulo: Hucitec, 1995.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Identificação:

Data de nascimento:

Escolaridade:

Raça/Cor:

Estado civil:

Origem/descendência:

Profissão dos pais:

Escolaridade dos pais:

- 1. Trajetória familiar: tempo de moradia na localidade, motivos de escolha do local** (há quanto tempo reside neste local, escolha pela localidade, compra, herança);

- 2. Fale sobre as atividades que exerce na propriedade** (atividades de trabalho, estudo; desde quando as desenvolve.);

- 3. Como é sua rotina de vida no rural** (atividades de trabalho, estudo, lazer, papéis que desempenha);

- 4. Quem o influenciou a iniciar tais atividades** (as atividades são diferentes para homens e mulheres; relações familiares e sociais);

- 5. O que você entende sobre a sucessão familiar** (quais seus sentimentos em relação a sucessão familiar; sua permanência no campo ou mudança para cidade)

- 6. Você sente algum tipo de tensão/complicação em decidir se fica ou sai da propriedade** (sentimento de tristeza, pressão, incompreensão social ou familiar sobre sua decisão; saúde mental; problemas de saúde mental).